

SESSÕES DO PLENÁRIO

83ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há aqui sobre a mesa um requerimento.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.293/2015, Requerimento de Urgência nº 8.490/2015 para o Projeto de Lei nº 21.434/2015, Requerimento de Urgência nº 8.491/2015 para o Projeto de Lei nº 21.435/2015 e o Requerimento de Urgência nº 8.492/2015 para o Projeto de Lei nº 21.469/2015.”

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Para iniciar, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, senhores que ocupam as Galerias, mais uma vez aqui quero registrar minha solidariedade, meu apoio à luta dos agentes penitenciários e dos peritos do concurso. E qualquer outra categoria que esteja precisando do apoio do nosso mandato, estarei sempre à disposição.

Retorno, Sr. Presidente, a esta tribuna para insistir novamente na questão do fechamento da agência da Receita Federal no município de Camaçari. O povo de lá está em pé de guerra, não aceita essa decisão sem ouvir ninguém. Acho um absurdo, deputado Robinho, acontecer isso numa cidade que é o maior Polo Petroquímico da América do Sul! Nós temos hoje 300 mil habitantes, e como é que se toma uma decisão dessas sem comunicar a ninguém?!

Está uma situação muito difícil, colocaram essa nova agência no município de Lauro de Freitas. Estou aqui com uma carta para o governador e o superintendente regional da Receita Federal do Brasil aqui na Bahia, o Sr. Carlos Romeu, e queria fazer um apelo pedindo o apoio desta Casa para que revertamos esta situação. Não tem cabimento, a cidade não aceita! Temos de andar 26 quilômetros para sermos atendidos lá em Lauro de Freitas. E mais 26 para voltar, tendo ainda de pagar pedágio. Realmente é um completo desrespeito ao povo camaçariense.

Faço questão de ler o documento que estou enviando ao governador e ao superintendente para ele ficar registrado nesta Assembleia. Amanhã deveremos ter uma audiência com o Sr. Carlos Romeu. O deputado Caetano fez um discurso lá em Brasília e já solicitou uma audiência também com o ministro.

Temos de reverter esta situação, porque realmente não tem cabimento! É uma questão de um desrespeito, um desprezo, uma falta de cuidado com um município que cresce, que recebe não sei quantas empresas novas todos os dias, - são vários empreendimentos -, mas é tratado dessa forma pela Receita Federal do Brasil. Então, estamos encaminhando este documento ao governador e ao superintendente. Se não der tempo de ler tudo, peço que mesmo assim se publique no Diário Oficial.

(Lê) *“Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos respeitosamente à presença de V.Ex^a para anunciar-lhe que recebemos com surpresa a notícia de suspensão das atividades da ARF-Camaçari, com a transferência do atendimento para o Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da DRF-Lauro de Freitas, prevista na portaria nº 47, do delegado da RFB em Lauro de Freitas, Dr. Gladistom, datada de 17 de agosto de 2015.*

Como bem sabe V.Ex^a, o município de Camaçari é sede do maior polo petroquímico da América do Sul, constituindo-se domicílio fiscal de um sem-número de grandes empresas, inclusive de representações das maiores multinacionais do mundo. Não fosse isso, Camaçari está em franca expansão e atrai investimentos não somente na área industrial, mas também na área comercial e de turismo.

Por certo, a demanda e arrecadação de Camaçari-BA, por si sós, justificariam o investimento em uma agência no município, conforme, aliás, registrou a portaria anexada. Nesse passo, parece um contrassenso prever 'a construção de uma agência modelo' e, ao mesmo tempo, determinar a suspensão das atividades, transferindo-as para o município de Lauro de Freitas.

É pública e notória a dificuldade de arrecadação pelo governo federal nos últimos anos, como também os esforços que têm sido empreendidos com a finalidade de obter incremento aos cofres públicos. A desativação da agência localizada em Camaçari, por conseguinte, dificultaria mais ainda as ações nesse sentido. Não fosse tudo isso, criaria um transtorno desnecessário para o contribuinte, ainda que de forma temporária.”

Não sabemos quanto tempo levará. Parece que esta nova agência ficará pronta em dois anos.

(Lê) *“Daí por que solicitamos o empenho de V.Ex^a no sentido de avaliar melhor a determinação contida na portaria nº 47 do delegado da RFB em Lauro de Freitas, de 17 de agosto de 2015, evitando-se, desse modo, prejuízos de arrecadação para o governo federal e transtornos para a população camaçariense, bem como para as empresas com domicílio fiscal no município.”*

Pedimos o vosso empenho para, juntamente com a população camaçariense, defender a continuidade das atividades da Receita Federal do Brasil em Camaçari. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de tratativas com o governo federal e a própria Receita Federal do Brasil, as quais sugerimos que sejam iniciadas por V.Ex^a.

Segue anexa a portaria.

(Lê) *“Na convicção de que contaremos com o esforço de V.Ex^a no sentido de encontrarmos uma solução adequada para a situação noticiada, subscrevemo-nos cordialmente, renovando protestos da mais elevada estima e distinta consideração.*

Atenciosamente,

Luiza Maia

Deputada Estadual”

Aqui é para o governador, e estamos encaminhando também para o

superintendente com o mesmo teor. Peço que sejam registrados os dois documentos nos Anais desta Casa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Eduardo Salles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado presidente, prezados colegas deputados, venho agora a esta tribuna colocar que acho importante o deputado se posicionar em relação a ser Oposição ou Situação. Não tenho o menor problema em afirmar que sou deputado da Situação. Porém o deputado da Situação também tem de ter uma opinião crítica para alertar, em alguns momentos, o governo que ele apoia e mostrar que existem caminhos que não levam a uma boa resolução de problemas.

Todos vemos a questão econômica pela qual passa o nosso País e os Estados hoje. Sem dúvida alguma, num primeiro momento, o primeiro pensamento que surge é o aumento de impostos. Tal aumento é uma das saídas.

Eu, que fui secretário da Agricultura do Estado da Bahia durante seis anos, venho aqui colocar claramente um decreto que foi publicado no dia 18/08/15 pela Sefaz, a Secretaria Estadual da Fazenda, de nº 16.284, que elimina a isenção então vigente do ICMS sobre os fertilizantes e passa a tributá-los em 4%.

Ora, minha gente! Os fertilizantes são a ponta da cadeia de produção não só deste Estado, mas também de todos os outros Estados. A Bahia é um grande produtor de fertilizantes, porque vem através do porto a importação de diversos deles, que são misturados aqui mesmo, no próprio porto, e vendidos a diversos outros Estados e aos próprios agricultores daqui.

Pois bem. Se essa tributação vem neste momento para os fertilizantes, não tenham dúvida de que isso é um efeito cascata que causará um prejuízo muito grande à sustentabilidade da produção, à competitividade do agricultor baiano e com certeza, lá no final, à prateleira da dona de casa. Sem dúvida alguma, esses 4% que são tributados agora na ponta chegarão à tributação também na ponta das prateleiras das pessoas.

Então, acho importante alertar, colocar o governo a par de uma situação que às vezes, quando você friamente assina um decreto... E sei que o meu colega Manoel Vitória, nosso secretário da Fazenda, sem dúvida, tem a melhor das intenções. Nesse caso, já marquei uma audiência com ele. Argumentarei e tentarei sensibilizar os nossos técnicos dizendo-lhes que isso é um tiro no pé. Sem dúvida alguma, a partir do momento em que tributamos o fertilizante e mexemos com a competitividade do produtor de alimentos do nosso País e do nosso Estado, teremos problemas muito graves depois.

Coloco isso na tribuna. Volto a dizer que tenho uma audiência marcada com o secretário da Fazenda, na qual argumentarei e o sensibilizarei. Irei também ao governador e a quem mais for necessário para tentar sensibilizá-los de que esse não é

o caminho. Tributarmos até outras coisas é um outro caminho. Mas tributar a base da produção de alimentos?! Tributar um produtor que atualmente tem problemas inclusive com a energia elétrica, a logística, os combustíveis e uma série de onerações feitas na cadeia ao longo deste tempo?! Esses produtores receberem agora uma rebordosa dessas, de mais 4%, nos seus fertilizantes?! Isso tira - e muito! - a competitividade do agricultor baiano.

Volto a pedir a sensibilidade dos meus colegas para que entrem também nesta luta, e assim sensibilizemos a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de que essa tributação é um tiro no pé e afetará a prateleira do consumidor. A dona de casa sentirá o peso deste aumento sobre os fertilizantes na prateleira.

Era isso, Srs. Deputados. Muito obrigado. Conto com V.Ex^{as} nesta batalha.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, Galerias, muito boa-tarde! Saúdo os agentes penitenciários que solicitam ao governador concurso público. Está aí o nosso apelo para que se abra concurso público, que é a forma mais democrática de colocar os profissionais qualificados para trabalhar. Está é a minha solidariedade. Espero que S.Exa. atenda a esse pedido de vocês.

Sr. Presidente, está se aproximando o Sete de Setembro, com a tradicional e cruel vaquejada de Serrinha, que muitos baianos comemoram. Mas, mais uma vez, venho dizer do meu repúdio a essa vaquejada que tanto maltrata os animais.

Estamos no século XXI. Sempre falo que o animal não pode ser coisa. O animal sente dor, frio, fome e medo. Muitas pessoas estão neste exato momento me questionando: “Deputado, a vaquejada gera renda.” A droga gera também, meu amigo, e é proibida. Você não pode estar se divertindo a troco de um animal que está naquele exato instante sentindo dor, frio, fome e medo.

Quero parabenizar a promotora de Serrinha, que colocou num TAC: “O animal que se machucar, a vaquejada paga multa e tudo o mais”. Ela já deu o primeiro passo. Não é eficaz. Eficaz seria acabar. Venho alertar que é uma solução, mas não é eficaz para a atualidade, para os dias de hoje.

As pessoas precisam entender, deputado Herzem Gusmão, lá de Vitória da Conquista, que o animal é um ser vivo. As pessoas precisam entender que o ser vivo sente fome, medo e não nasceu para ser uma coisa, um papel, um copo que se pode usar e descartar quando quiser. Toda vida deve ser preservada. Obviamente, você não pode utilizar um animal para servir como esporte se este o maltrata.

Vejo alguns parlamentares com projetos para tentar regulamentar a vaquejada. E como é que se vai regulamentar algo em que se maltrata o animal?! Eu topo, porém só a partir do princípio de que regulamentaremos mas o animal não sentirá dor. Se alguém me provar isso, sou o primeiro a assinar. Como sei que isso é impossível...

Muitas pessoas estão discordando, e eu entendo o lado das pessoas, mas eu faço o seguinte, meu amigo: a minha vida inteira, quando eu quis julgar alguém, sempre me coloquei no lugar da outra pessoa. Eu faço esse apelo às pessoas que apóiam a vaquejada: se coloquem por um minuto no lugar do boi e se perguntem se queriam ser puxados pelos cabelos. Ninguém iria querer! Então, por que com o boi pode? Porque o boi não sabe se defender, não sabe dizer não! Então, essa é a reflexão que devemos fazer sobre a desastrosa Vaquejada de Serrinha, que acontecerá daqui a quatro dias.

Então, as pessoas precisam se conscientizar o quanto antes. Muitas vezes, as pessoas acham um absurdo... Vocês sabiam que, há cinquenta anos, existia um zoológico para negros? As crianças brancas iam visitar os filhos dos negros no zoológico, e hoje todo mundo acha um absurdo. Então, a sociedade evolui. Hoje, muitas pessoas não concordam comigo, mas eu tenho certeza de que, daqui a cinco, 10 ou 15 anos, será algo natural e as pessoas entenderão. As pessoas que concordam com a vaquejada devem se colocar no lugar do boi, para ver se gostarão de ser puxadas pelo rabo ou pelo cabelo.

Esse é o meu repúdio. Somos contra a vaquejada e tentaremos inibir essa prática abusiva e medieval com os animais. Os animais sentem dor, frio, fome e medo. Eles não podem ser tratados como coisas. (Palmas.) Obrigado. O Deus que criou o ser humano é o mesmo Deus que criou os animais. Então, os animais não podem ser tratados como um papel, como um saco plástico ou como uma bola de futebol que o ser humano usa para praticar um esporte que só faz maltratar os animais. Para as pessoas que acham certo e que continuam dizendo que a vaquejada gera emprego, eu digo: as drogas também geram, e todo mundo é contra a sua liberação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Concluindo, Sr. Presidente, deixo o meu repúdio. Diga não á vaquejada. Diga não a essa vergonha que é a Vaquejada de Serrinha! Saudações ecológicas. Todos juntos a favor dos animais e contra esse absurdo, a Vaquejada de Serrinha.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, gostaria de saber da Presidência quais os projetos que constam na Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu já li a Ordem do Dia. V.Ex^a quer que eu leia de novo?

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a quer que eu leia ou V.Ex^a lê aí?

O Sr. Sandro Régis:- Eu leio, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, presentes nas Galerias Paulo Jackson, saúdo todos os presentes e os amigos que nos assistem através da TV Assembleia. Sr. Presidente, ontem, vim a esta tribuna, de forma bem harmônica e tranquila, tratar de assuntos que, hoje, assustam todos os baianos: a questão da violência que assola o nosso Estado, da falta de liberdade e da falta de respeito com o cidadão.

Citei o caso da jovem Mariana, assassinada na flor da idade. Citei esse episódio, mostrando, inclusive, que o caso da Mariana chamou a atenção por ela ter sido assassinada num bairro de classe média, mas que outros iguais aos dela acontecem diariamente, semanalmente e mensalmente. Muitos jovens baianos são assassinados por motivos totalmente torpes, pequenos.

Não fiz do assassinato, do falecimento dessa jovem um cavalo de batalha, aqui, desta tribuna, porque acontecem casos iguais aos dela, na periferia dos grandes centros e até dos pequenos municípios. Morrem assassinados, todos santo dia, milhares, inúmeros baianos! O caso de Mariana chamou a atenção apenas por ela ser uma jovem de classe média assassinada num bairro nobre, mas quem anda por Salvador, quem conhece Salvador sabe que isso acontece todos os dias.

Na semana passada, eu perdi um amigo assassinado numa dessas entradas da avenida Paralela, porque ele parou para tomar uma água de coco às 8h da noite. Vim à tribuna pronunciar-me, e fiz questão de dizer que o governador Rui Costa, como pai de família, como homem, como uma pessoa que, com certeza, é contra a violência, deve ficar triste com esses acontecimentos na nossa querida Bahia, deputado Carlos Geilson.

Fiz questão, também, de salientar que a política do governador Rui Costa, a política do PT, é uma política equivocada com relação à segurança pública. Não temos liberdade para andar nas ruas! Não temos liberdade para estarmos com os amigos! Não temos segurança para que nossos filhos, nossos netos e nossos pais andem nas ruas. Infelizmente, estamos perdendo a sensibilidade com as vidas humanas. Está morrendo gente do mesmo jeito que frutas apodrecem na beira da estrada, e ninguém liga!

Depois da minha fala, o deputado Líder do PT veio aqui defender o governo dizendo que a Oposição estava fazendo uso de terra arrasada. Usando a morte dessas pessoas, o drama dessas famílias para fazer política. Não estou usando! Não somos irresponsáveis para usar a morte dessas pessoas para fazer drama, para fazer política. Quero trazer aqui a certeza inequívoca de que o governo do Estado, além de

irresponsável, é incompetente no cuidado com a vida das pessoas na Bahia. Gostaria de dizer duas coisas ao nobre deputado do PT que nos chamou para debater: as pessoas estão cansadas de blá, blá, blá e de politicagem barata. Vamos tratar as vidas humanas como números? Então, vamos!

No governo de Paulo Souto, em 2006, 3.200 pessoas foram vítimas de homicídio doloso na Bahia. Enquanto em Pernambuco, 4.400 pessoas foram vítimas de homicídio doloso.

Quando Jaques Wagner entrou no governo, 3.700 pessoas foram vítimas de homicídio doloso. Em Pernambuco, estado muito violento, que tinha uma criminalidade como a nossa, 4.500 pessoas foram vítimas de homicídios. A violência em Pernambuco era muito mais assustadora. A política de segurança pública do governador de Pernambuco foi acertada.

Em 2014, tivemos 5.700 pessoas assassinadas na Bahia, em Pernambuco foram 3.400 pessoas assassinadas. Ou seja, lá estão combatendo realmente a violência. Aqui estamos brincando de cuidar das pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Para concluir, Sr. Presidente.

Eu convoco o deputado líder do Governo e do PT – o qual respeito muito – para justificar o porquê deste ano só terem gastos 2% do orçamento previsto para a segurança pública. É política de governo ou é o quê? É incompetência? Isso são dados oficiais, deputados, não são dados de deputado da Oposição.

Portanto, gostaria de convocar o deputado líder do Governo, para se pronunciar sobre isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente Adolfo Menezes, deputados presentes, amigos das galerias, pessoal do Judiciário que está fazendo sua legítima pressão, amigos e amigas da *TV Assembleia*, venho a tribuna hoje falar sobre um fato muito importante que aconteceu ontem. Numa coletiva de imprensa realizada com os ministros da Fazenda e do Planejamento foi apresentado, pelo governo federal, as contas da União com um rombo de mais de 30 bilhões de reais. O orçamento foi entregue ao Congresso Nacional que tem responsabilidade constitucional para analisar o mesmo.

Acompanhamos todas as notícias sobre esse assunto e o governo do PT, levantando a bandeira da transparência, fala que nunca na história deste País um Orçamento foi feito com uma transparência tão grande, apresenta um rombo de mais R\$ 30 bilhões. O mais interessante, eu acho, é que passa a responsabilidade para o Congresso Nacional, para que faça adaptações ao Orçamento para que esse rombo se

equilibre, sabendo que isso não é responsabilidade do Congresso Nacional, e, sim, do Poder Executivo.

É do Poder Executivo a responsabilidade de dizer onde haverá cortes no Orçamento e onde terá um incremento de receita, não é responsabilidade do Congresso Nacional. Mais uma tentativa do governo de passar a bola para a frente e não resolver os problemas que eles mesmo criaram.

Temos que ver que esse rombo de mais de R\$ 30 bilhões que foi identificado ontem se deu, justamente, como consequência da política econômica equivocada feita pelo governo do presidente Lula e do primeiro mandato da presidente Dilma. Agora, a presidente Dilma, que não tem diálogo algum com a sua Base, passa para o Congresso Nacional a responsabilidade de adequar o Orçamento, para que ele agrade a todos. Mais uma vez, ela foge à sua responsabilidade, colocando na mão dos senadores e dos deputados essa tarefa que não é deles.

Sabemos da grande dificuldade que temos aqui, na Assembleia Legislativa, até de apresentar um projeto de lei que gere uma despesa mínima ao Poder Executivo. O deputado Luciano Ribeiro apresentou projeto de lei tentando mudar um pouco essa letra da lei, mas sabemos da dificuldade de aprová-lo. Com certeza, não iremos aprovar essa modificação.

Imaginem vocês que, agora, depois do ato de ontem, já que o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, recebeu o Orçamento, o Legislativo é que terá que cortar os gastos. Isso não é função do Poder Legislativo, e, sim, do Poder Executivo.

O Brasil, hoje, sofre uma das maiores crises econômicas de sua história, consequência da política econômica do PT.

Fica aqui a minha afirmação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, imprensa, agentes penitenciários que ocupam as Galerias, aos quais fazemos voz e coro para que o governador atenda o apelo para essa convocação.

Sr. Presidente, hoje é uma terça-feira na qual a Assembleia, mais uma vez, promete, e pretende, exercer o seu papel, analisando projetos e aprovando políticas públicas que atendam ao cidadão baiano.

Temos sempre debatido nesta tribuna e demonstrado a necessidade de que os projetos de lei, principalmente aqueles enviados à esta Casa pelo Executivo, tenham o seu curso normal para as discussões, que passem pelas comissões, para que o regime de urgência, ou seja, aquele em que nada se aprecia, apenas se homologa, seja

verdadeiramente uma exceção. Mas o que estamos assistindo é o governo insensível, que insiste em encaminhar a esta Casa projetos com esse carimbo. Se já não bastassem os que aqui se encontram e que se pretende que sejam votados em regime de urgência, projetos importantes que mudam a vida da população.

Surpreendido fiquei – e estou estarecido – por o governo ter apresentado ontem um projeto que muda a legislação do ICMS no Estado; atingindo diretamente aos municípios, já sofridos. E o governo pretende, hoje, aqui, colocá-lo também para que seja apreciado em regime de urgência.

Precisamos fazer com que esta Casa se levante para que o Líder do governo, deputado Zé Neto, tenha a sensibilidade de parlamentar e entenda que precisamos apreciar os projetos nas comissões, precisamos dissecar o que eles contêm. Não se pode apreciar assim – e hoje, aqui, pretende-se isso – três projetos importantíssimos: um que trata da legislação do ICMS, outro que trata do Funprev, e o terceiro, trata dos consórcios públicos municipais de saúde.

No caso desse último, por muita insistência da Oposição, o governo disponibilizou para que o secretário da Saúde, com sua equipe, estivesse hoje na Liderança da Minoria, para nos relatar a estrutura do projeto, ainda que de forma precária, ainda que de forma travessa. O que nós queremos e o que pretendemos é que esta seja a prática, que o Regimento Interno desta Casa seja obedecido e os projetos passem pelas comissões.

O secretário aqui esteve, e apresentamos as emendas da Oposição para melhorar o projeto. Esperamos que sejam acatadas. Se assim for, votaremos no projeto; se não for, faremos a obstrução.

Mas quero pedir-lhe, mais uma vez, Líder Zé Neto, que tenha sensibilidade, e faça com que o governo se sensibilize, que não permita que, nesta tarde, mais uma vez, a regra se torne o pedido de urgência. Retirem essas urgências! Permitam-nos discutir esses projetos para podermos melhorá-los, aperfeiçoá-los e mostrarmos à sociedade baiana o que efetivamente se pretende.

Fica aqui, portanto, o nosso apelo ao Líder Zé Neto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, demais deputados, quero tocar, aqui, no assunto vaquejada, principalmente nesse período que antecede à Vaquejada de Serrinha. O deputado Gika não está presente, mas foi citado pelo deputado Marcel Moraes quando falou sobre o assunto.

Não queria polemizar sobre esse assunto, mas quero transformar isso não só numa questão de derrubada de gado. A vaquejada tem aspectos econômicos e culturais em nossa região que precisam ser discutidos. Porque a sociedade que, muitas

vezes, condena a derrubada de boi defende a pena de morte. Então, essa discussão precisa ser feita.

A mesma sociedade que condena uma derrubada de boi é a favor da pena de morte, e é a mesma sociedade que defende prender guris de 16 anos, porque acha que, com isso, vai acabar com a violência. Então, vamos discutir as coisas com o devido equilíbrio e colocar cada coisa em seu devido lugar.

Quis colocar isso porque a vaquejada na região do Semiárido nordestino, no Nordeste brasileiro, na região do São Francisco, na região Norte da Bahia, tem aspectos culturais e econômicos muito fortes. Talvez não tenha aqui, na capital, mas lá tem. E nós não podemos abrir mão de uma festa tão importante, tão tradicional do nosso povo. Aspectos culturais e vertentes musicais importantes. E não estou falando da música comercial que é feita hoje, e que não representa a vaquejada, não. Estou falando de Vavá Machado e Marcolino; de Galego Aboiador; estou falando, inclusive, de Luiz Gonzaga.

Então, essa discussão precisa ser feita! É do homem de chapéu de couro... Inclusive, temos ali um companheiro usando o chapéu que representa o nosso sertão, o nosso vaqueiro, que virou profissão, e virou lei o Dia do Vaqueiro.

Quero dizer-lhe, Gika, que não poderei estar na Vaquejada de Serrinha, porque no dia 5, em Juazeiro, comemoramos, graças a uma lei de minha autoria, enquanto vereador da cidade, o Dia Municipal do Vaqueiro. Nós reunimos lá uma turma grande, vestida de couro, gibão e perneira. Isso faz permanecer uma das poucas coisas que resiste nesse sertão da cultura nordestina, tão aviltada, desmerecida e jogada no lixo é a cultura nordestina, a cultura do semiárido baiano. Desmerecida, inclusive, por aspectos econômicos que se impõem acima da nossa cultura – música, teatro, reizado – e de uma série de coisas importantes que o sertão tem, junto com a vaquejada.

Eu queria, hoje, fazer coro com o deputado Eduardo Salles, com o deputado Gika, que é da região da mais tradicional festa dos vaqueiros, que é a festa da Vaquejada de Serrinha.

Queria encerrar com os versos da vaquejada, como dizia Vavá Machado e Marcolino: “quem nunca viu vaquejada, nem festa de apartação, não assistiu retirada, nem corrida de mourão; quem nunca viu essas coisas não sabe o que é sertão.”

E de sertão eu sei falar, com todo o respeito aos demais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero dar as boas-vindas aos futuros servidores que estão presentes, e que têm muita razão de ser por estarem aqui para poder galgarmos mais espaço, melhorando a estrutura de Estado na Bahia. Parabéns!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que esta Casa esqueceu uma coisa importante de um passado recente que muito nos envergonha: esta Casa viveu agachada durante décadas. Não conseguia mudar nem sequer um texto que agredisse à boa ortografia, à pontuação, porque não era dado o direito a qualquer deputado de se imiscuir em assuntos da Casa Grande.

Hoje, aqui, é diferente. Acredito, e fazendo coro com alguns deputados da Oposição, que aqui é lugar, sim, de fazermos frutificar os grandes debates nas comissões desta Casa, para qualificar, estruturar melhores discussões sobre aquilo que se vota aqui. Seria inaugurar um novo momento na Casa Legislativa do Estado da Bahia fazer reuniões conjuntas das comissões pertinentes, inclusive, em matérias de relevante urgência, porque sabemos que o rito nesta Casa, às vezes, faz repercutir negativamente no interesse imediato da sociedade baiana. Haveremos, sim, de pautar essa necessidade como prova de que este Parlamento pode melhorar projetos, aprofundar discussões, principalmente naquelas matérias consideradas estruturantes para o bem da Bahia.

Então, é com esse pensamento que nos pronunciamos do ponto de vista de que podemos fazer com que as comissões Setoriais, Técnicas e a Comissão de Constituição e Justiça cumpram o seu devido desiderato nesta Casa.

Mas eu gostaria também de entrar nessa discussão a respeito das vaquejadas aqui em nosso Estado da Bahia. E aí quero me manifestar em relação ao nosso presidente da Comissão de Meio Ambiente, respeitando a sua posição, e dizendo, nobre deputado Marcell, que a vaquejada de outrora não é sequer, nem de longe, a vaquejada que hoje assistimos nos mais diversos rincões da Bahia. Está impregnado na cultura do lugar. Isso nos qualifica, nos caracteriza e nós teremos grande dificuldade de retirar da sociedade baiana aquilo que gera pertencimento, que gera identidade, aquilo que nos caracteriza enquanto baianos e enquanto nordestinos.

A comparação, associo-me à comparação feita pelo companheiro Zó, deputado do PCdoB aqui, parece um grito hipócrita, não de V.Ex^a, mas da sociedade que clama pela pena de morte, mas abraça a vaquejada.

Então é preciso que se separe o joio do trigo para que sigamos na melhor possibilidade de fazer um grande debate para melhorar essas manifestações culturais que se fazem traduzir na nossa identidade de baianos, na nossa identidade de nordestinos.

Viva a vaquejada! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, saudar os servidores do Judiciário que estão presentes (palmas); saudar aqueles que prestaram concurso e estão aguardando a convocação, começo a minha fala depois de

ouvir o deputado Joseildo Ramos. Em parte concordo com ele, da metade do seu discurso em diante em relação à Assembleia, discordo totalmente.

Ele disse que outrora, no passado, não se mudava uma vírgula nos projetos do governo. Eu não sei, eu não vivi essa época, eu não era deputado. Mas a Assembleia continua da mesma forma agachada para o governo, servindo de Casa homologatória, isso não mudou.

Mas V.Ex^a foi feliz quando disse que é necessário que se discutam os projetos nas comissões. V.Ex^a tem que falar isso para o seu Líder, que coloca os projetos em regime de urgência sem se debater, sem que eles sejam analisados nas comissões, inclusive a comissão que V.Ex^a preside.

Portanto, o discurso do deputado Joseildo Ramos, concordo em parte, mas é necessário que ele faça aclarar ao seu Líder que coloque os projetos para um debate amplo. Justamente o Partido dos Trabalhadores que foi forjado no debate, que tudo eles dizem: “Vamos debater.” Mas isso está apenas no discurso, porque na prática não tem acontecido, meu caro Joseildo Ramos.

Ontem, aqui, usei a tribuna para mostrar a minha preocupação em relação ao movimento de empresários que pressiona o governador a colocar a Bahia no Horário de Verão. Como trabalhador que sou, que acordo todos os dias às 5 horas da manhã para enfrentar o batente, como outros trabalhadores que saem de casa às 4 horas da manhã, principalmente rodoviários, pessoas que trabalham logo na madrugada. Nós somos radicalmente contra o horário de verão, especialmente no Estado onde lemos as manchetes cada vez mais preocupantes, por exemplo: “Bandidos arrombam posto de saúde em Cajazeiras!”, “Bandidos assaltam aluna, em frente a academia, e espancam os frequentadores!”, “Dois homens mortos a tiro na Boca do Rio”, “Bando ataca agência do Bradesco e dos Correios em Serra Preta”, “Dois clientes baleados em bar na Pituba”. Por aí vai... E agora ouço falar em horário de verão.

Desafio um baiano que seja do interior, principalmente, e que encontre uma viatura da polícia rodando nos primeiros horários do dia! Não encontra! Talvez em Salvador, em algum lugar do centro ainda encontre! Mas, no interior, isso é artigo de luxo! Como se falar em horário de verão neste Estado para atender aos gananciosos, aos donos de bares, restaurantes e hotéis que visam apenas ao lucro em detrimento do trabalhador que tem que acordar na madrugada, com tudo escuro, para trabalhar!

Portanto, mais uma vez, uso esta tribuna para dizer “não” ao horário de verão! Convoco os sindicatos que lutaram no passado: voltem à trincheira de luta para travar o bom combate! E o governador Rui Costa há de se convencer que este é o mal para a maioria da sociedade, para o coletivo dos trabalhadores neste Estado.

Portanto, meu caro deputado Adolfo Menezes, que preside esta sessão, vocês que são trabalhadores sabem perfeitamente do risco de sair, na madrugada, no escuro, para o trabalho. Portanto, meu caro deputado Zé Neto, que V.Ex^a seja tomado por algum raio, por um momento de clareza, de lucidez, e tente convencer o governador a não adotar o horário de verão. Que seja solidário, consonante com a maioria da população baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Zé Neto, Líder do PT, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, saúdo também os representantes do Poder Judiciário que aqui estão. (Palmas.) Estou muito esperançoso de que essa greve se encerre, não por conta de que há uma grande conquista, porque sei que vocês reclamam outros pontos. Mas falo um pouco do sentimento que tenho, da história que vivemos e das conquistas na nossa trajetória. Quando éramos da Oposição, já tínhamos uma afinidade muito grande com essa categoria, que é a única dos três Poderes que conseguiu receber a URV numa negociação demorada com o Judiciário – o que, por certo, trouxe um novo momento para o esse Poder. Uma categoria que também, aqui nesta Casa, nos tensionou e de nós teve o retorno para que votássemos uma Lei de Organização Judiciária. Se ela não é a grande lei, é uma lei que abriu movimentos importantes para a administração da Justiça baiana, especialmente para que posteriormente tivéssemos, como tivemos aqui, a votação do Plano de Carreira que deu uma outra lógica, uma outra consequência a essa importante categoria do nosso Estado.

Queria dizer isso porque vivemos num instante muito delicado e não é um instante apenas da Bahia e do Poder Judiciário baiano, mas um instante extremamente delicado da composição do estado mundial.

Ouvi, por exemplo, que a Grécia continua numa profunda crise, na Espanha houve até 30% de redução salarial de funcionários públicos e também de previdências. Ouvi sobre a situação de Portugal; sobre a do Japão, que esse ano vai crescer 1%; sobre a China, que, em menos de três semanas, reduziu 3 vezes a sua moeda, por decreto, e obviamente vai passar a comprar muito menos, em termos de capital financeiro, aqui no Brasil e no mundo. A China que crescia 11%, vai crescer nesse ano em torno de 6,5%, o Japão cresce 1%, e a Alemanha – o país mais rico, mais equilibrado da Europa – cresce 1,7%.

Parece que é uma conversa de muitos dados. Mas, no Brasil, nós estamos um pouco enclacrados numa crise política e econômica, e a grande mídia faz tudo para que essa crise pareça que é só nossa. Há uma crise de valores que dará a dimensão ao Estado que vamos ter imediatamente, porque a questão da previdência – e quero chamar a atenção dos sindicatos aqui presentes, dos trabalhadores – é uma situação que tem que ser tratada com toda a urgência, pois o dinheiro da previdência é o mesmo dinheiro dos salários dos trabalhadores. Quando o Estado paga a previdência na Bahia, ele paga a aposentadoria de todos os poderes juntos. Quem paga a aposentadoria do judiciário é o Estado, não é o Tribunal de Justiça. Todos os

trabalhadores do Estado tem uma previdência só, que passa por dificuldades em todo o País.

Agora há pouco, estava conversando com um deputado da Oposição, dizendo a ele que nós temos uma situação delicada. Em Minas Gerais, por exemplo, no ano passado havia duas previdências: uma mais recente, Minasprev, e outra que é o Fundo Previdenciário Mineiro, como aqui na Bahia temos o Funprev e o Baprev. Este, criado em 2009, está bem e diz respeito a esses servidores mais jovens; aquele diz respeito aos servidores mais antigos e é responsável, hoje, por um desembolso do Estado, um investimento, da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Esses valores eram exatamente, no ano de 2007, equivalentes a R\$ 360 milhões. Se há 8 anos recolhíamos a previdência em torno de R\$ 360 milhões, hoje, deputado Luciano, estamos desembolsando R\$2,5 bilhões.

Não é um problema só do Estado da Bahia. É um problema que acarretou agora, por exemplo, no Rio Grande Sul, uma situação gravíssima com a redução salarial, com a redução inclusive de pagamento previdenciário.

Esse tema tem que ser tratado com um grau de responsabilidade muito grande, não adianta fazer discurso fácil. Falo aqui muito mais como um deputado que está preocupado não apenas com o nosso governo, mas preocupado com o que virá no decorrer desse processo previdenciário. E por que a previdência chegou a essa situação? Primeiro, graças à mobilização dos trabalhadores, e isso temos que reconhecer como uma grande vitória dos trabalhadores, tem que ser reconhecido e valorizado, tivemos uma expansão muito significativa da massa salarial na Bahia, no Brasil e no mundo. Na Bahia, por exemplo, categorias como a Polícia Civil, com uma expansão média, em oito anos, de 178%, quando a inflação foi em torno de 55%. Estou falando aqui de uma situação que precisa ser vista, porque nós temos a responsabilidade de entender que quando as massas salariais cresceram foram mais de 120 planos de carreira executados ou trabalhados, ou novos planos de carreira criados. E isso gera um custo que vai para a massa salarial, vai para a massa de gasto com pessoal que bate no teto e no limite prudencial.

Hoje eu falei a Zezé que há uma grande dificuldade que vocês vão ter que enfrentar lá no Tribunal, com maturidade, porque até o fim do ano nós não estamos enxergando horizontes do ponto de vista de gasto com pessoal do Tribunal de Justiça. E estou falando muito acavaleiro, porque, quando chegamos, o repasse para o Tribunal era da ordem de 3,48%, e hoje estamos passando 5,7, que é o limite máximo, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem também o cunho constitucional das variantes da receita fiscal de cada Estado, que depende também dessas formulações.

Estou chamando a atenção, porque a disputa se dá num plano que temos que ponderar. Agora há pouco me sentei com a Oposição, porque temos três pedidos de urgência, e a Oposição nos disse que quer participar do debate sobre a questão previdenciária, que diz respeito ao Funprev e algumas novas alterações que precisamos fazer. E eu disse aos deputados Luciano, Pablo e Sandro Régis que, de

minha parte, como Líder do governo, farei tudo para que tenhamos ao máximo um entendimento, já que muitas das questões que estão sendo postas neste momento na Assembleia não são relacionadas ao governo propriamente, mas relacionadas a uma nova estrutura de Estado que está sendo discutida no Brasil e no mundo. E aí eu recuei, chamei Carlinhos para retirar uma urgência, levar para as Comissões Conjuntas e debater com a Oposição. Esse movimento com a Oposição é o mesmo movimento que estamos intuindo com os representantes do movimento social. Se não tivermos maturidade agora para sentarmos numa mesa vermos o que vamos fazer com as delicadezas e as dificuldades postas do ponto de vista econômico do nosso País, nós estamos entregando a nossos filhos uma situação inadministrável. Não adianta achar que decisões tomadas hoje vão ficar aqui. Decisões tomadas hoje podem complicar muito, como estão complicando hoje lá no Rio Grande do Sul, onde já há neste momento uma quebra dos pagamentos dos salários. Os salários do Rio Grande do Sul estão sendo pagos dia 05 e dia 25. Aqui em Sergipe da mesma forma.

Não adianta fazer discurso fácil, porque eu estou falando aqui e estou ouvindo um zumzumzum. Não adianta zumzumzum, gente, temos que dialogar, porque diálogo neste momento é prioritário para que encontremos as saídas. Não existe uma máquina de fazer dinheiro. O dinheiro do Estado tem que ser mais transparente e os gastos públicos com pessoal são os mais transparentes, porque requerem, e estão aí postos os mecanismos, que tenhamos, como temos hoje, um grau de transparência muito rigoroso.

Da mesma forma, são os recursos oriundos do Estado para a Previdência. Quem é que pode contestar hoje que nós, no fim do ano, teremos 2,5 bilhões para pagar a Previdência? Isso é uma grande vitória ter como pagar, mas pode ser uma grande derrota se não tivermos como dar sustentabilidade num prazo curto, como estamos vendo já no ano que vem esta crise nas nossas portas.

Quero lembrar que uma das situações que levou a este volume de crescimento, em muitos casos até geométrico, dos valores previdenciários se dá também, além das conquistas dos trabalhadores, numa outra condição: a de o brasileiro hoje ter melhorado de vida, a de que o padrão de vida aqui no nosso País tem aumentado.

Na Bahia, por exemplo, tem um dado muito importante: nos últimos 11 anos a vida média do baiano cresceu em torno de oito anos. Essa vida média crescente, é óbvio, vai gerar para nós do Estado uma responsabilidade maior em ter de arcar com as previdências.

Um outro dado também muito significativo e emblemático é que, deputados Luciano e Rosemberg, atualmente temos em torno de 32 mil professores em sala de aula na ativa. Mas cerca de 43 mil já aposentados. Essa conta não fecha. E ela evidentemente vem com ônus em todo Estado.

A Previdência é composta por recursos voluntários dentro do Orçamento que precisam ser capitaneados permanentemente para cumprir esses pagamentos. E nós temos assim, neste momento, a responsabilidade de fazer com que no instante da votação chamemos a atenção dos trabalhadores para isso. Eles reclamam, obviamente,

pois queriam - e não estão longe da realidade, eu diria até que têm muita legitimidade nessas reclamações, para conseguir me posicionar melhor - ter o salário reajustado pelo aumento da inflação. Mas nas condições atuais do Estado...

Até agora apenas quatro Estados - até o mês que vem pode ser que algum outro também tenha dado, mas até o mês passado não - tinham dado reajustamento aos seus trabalhadores. E 17 Estados já estão dividindo os salários. A informação que tivemos na semana passada é de que 10 estão dizendo que vão pagar o 13º parcelado. E o nosso secretário da Fazenda me informou que há três Estados - não quero aqui criar pânico - que não vão ter condições de pagá-lo.

Esta situação não é para que as pessoas tenham medo ou pânico. É para que elas reflitam o que nós estamos passando num plano que é não é da somente da nossa Bahia nem só do nosso Brasil. É um plano do momento do mundo, do momento da economia mundial, das reformulações econômicas todas que estão se dando em torno do capital. Acredito que é uma crise passageira, de acomodação do capitalismo, e também que seja esta a nossa caminhada para inclusive encontrarmos ajustamentos que deem sustentabilidade às economias do mundo e à do nosso País.

Eu tive o cuidado de pedir este Grande Expediente muito em respeito aos trabalhadores que hoje estão nesta Casa. E este respeito vocês vão ter sempre, porque nós tivemos uma trajetória, viemos da Oposição. Digo nós não só eu, mas também os deputados que hoje integram aqui a Bancada de governo. E eu, especialmente, fui da Oposição e cheguei ao governo. Agora estamos no nosso terceiro mandato como governo, mas tenho a tranquilidade de dizer que jamais nenhum desses sindicatos que estiveram nesta Assembleia encontraram as nossas portas fechadas para o diálogo ou fechadas para que tivéssemos um caminho a ser traçado buscando saídas.

Claro que ser governo é ter uma responsabilidade grande e também uma missão extremamente árdua. Mas é uma missão que nós pedimos, uma missão que nós buscamos e uma missão que nós queremos, cada dia, entregar o melhor que temos para poder cumpri-la.

Queria aqui, encerrando meu pronunciamento, dizer à Oposição, deputado Sandro Régis, que nós vamos fazer o debate da questão da Previdência na comissão conjunta na semana que vem, e assim tenhamos tempo suficiente para que todas as comissões possam se manifestar acerca desse projeto.

Pediria ao deputado Pablo que já encaminhasse, a partir da Oposição, essa cópia do projeto para que todos tivessem, evidentemente, acesso às informações. Já está circulando há alguns dias, já tem uns dias que esse projeto se encontra na Casa, espero que possamos fazer um bom debate e, se for possível também, se tivermos algumas emendas que possam ser agregadas, que possam ser observadas. O governo não terá dificuldade.

Como foi o caso hoje pela manhã, quando não tivemos nenhuma dificuldade em trazer para cá, deputado Paulo Rangel, o nosso secretário da Saúde. Ele se reuniu com os deputados da Oposição na Sala da Liderança da Oposição e agora à tarde o próprio secretário Fábio disse-me que parte das emendas poderão ser acatadas. Disse

que vai trabalhar para isso ao máximo, e se for possível buscar atender a todas. Ele não medirá esforços.

Isso demonstra que nosso interesse em construir um consórcio não é apenas o de construir uma execução de governo, mas construir uma execução de Estado. Porque não vai funcionar consórcio se não estiverem todos os prefeitos alinhados e buscando formatar uma rede. E nessa hora não tem prefeito de partido A ou de partido B; se não houver a coesão regional em torno desses consórcios, não vamos conseguir montar uma rede que seja adequada para o atendimento que todos esperamos na Bahia.

E é com esse grau de entendimento... Não tirando aqui os momentos de conflitos, não tirando os momentos de disputas, não tirando o processo democrático como elementar no contexto desta Casa, nós sabemos o quanto a Bahia ganha quando Oposição e governo sentam e dão conteúdo às elaborações que estão sendo enviadas para cá a fim de serem votadas.

E é esse o meu ânimo nesse instante em que há uma crise política no País, há uma crise econômica no mundo. E quando a crise política abraça a econômica, essas duas crises, juntas, criam um panorama, diria, muito mais devastador. E nós estamos, evidentemente, nesse instante, tendo uma grande tarefa que é fazer com que nesta crise tenhamos condição de sairmos melhor como País e termos condição de sairmos melhor como democracia. E assim tenhamos condição de ter, evidentemente, as nossas instituições mais fortalecidas no exercício de fazer com que a coisa pública e o bem público sejam cada dia mais preservados.

Eu sou um otimista. Vejo que tínhamos um câncer de décadas, a corrupção, um câncer de décadas na inexecução das funções, evidentemente, policiais, jurisdicionais. E nós, nos últimos 8 anos, começamos a ver o resultado de um processo de fortalecimento das instituições democráticas. Fortalecimento esse que gerou uma Polícia Federal mais de Estado do que de governo; que gerou uma Procuradoria Geral da República que, definitivamente, deixou de ser uma Procuradoria em defesa do presidente de plantão e passou a ser uma Procuradoria em defesa do patrimônio público, em defesa da ordem institucional.

Começamos a ver um Ministério Público com muito mais estrutura, com muito mais respeitabilidade, com muito mais condição de poder elencar o seu trabalho e alavancar as suas investigações e proposições. Começamos a ver um Brasil, de 08 anos para cá – eu digo 08 anos porque o primeiro governo de Lula foi um governo de estruturação, com a criação da CGU para que funcionasse, como de fato funcionou, inclusive com um ministro, aqui da Bahia, que foi o Jorge Hage. E vimos, dali em diante, um processo de construção de uma transparência que, evidentemente, ainda está tendo muito o que construir, mas muito distante daquele lado obscuro que vivíamos, há anos, onde o brasileiro não sabia para onde ia o recurso público.

Então, nesse instante, se nós temos de um lado uma grande crise, nós temos uma grande oportunidade, e como políticos, como cidadãos, como representantes do povo e também aqueles das entidades, com suas entidades, seus representados, de

nesse instante refletirem qual é o Estado que querem, e qual é o Estado que queremos. O Estado que queremos não é o Estado que está distante, o Estado que nos pertence, é o Estado que faz parte do nosso dia a dia, é o Estado que vai dar aos nossos filhos e netos uma melhor ou uma pior vida, uma melhor ou uma pior condição, uma melhor ou uma pior perspectiva.

Quando eu saio de casa, saio tranquilo de que vou para o meu labor, aqui na Assembleia, de cabeça erguida de que não mediremos esforços, para fazer o melhor nesse instante de crise, para que saíamos dessa crise maiores do que entramos. Nós entramos numa crise que eu diria, é como cuidar de um câncer que estava há muito tempo ali, silenciosamente, ou melhor, nem tão silenciosamente, mas invisível aos olhos nus. Hoje, esse câncer está sendo cuidado, e nós só vamos sair desse processo difícil que estamos vivendo, se todos também compreenderem que a corrupção não se passa só na política, que a malversação da coisa pública, que a malversação das instituições democráticas não se passam só na política, passam-se no dia a dia em cada gesto nosso com relação ao outro, em cada gesto nosso com relação à defesa dos interesses coletivos do nosso, país, do nosso Estado, da nossa cidade, da nossa rua, da nossa família e do nosso dia a dia.

Que essa crise venha para nos mostrar caminhos, e que tenhamos, nas nossas instituições força e dimensão para enfrentá-la e poder sair melhor do que entramos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., o deputado Zé Neto disse: “*Que a crise venha para nos mostrar caminhos*”. Essa crise já veio...

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a não pode comentar discurso de deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Tenha calma, deputado Paulo Rangel, eu não ia nem comentar.

O Sr. Paulo Rangel:- Até elogiar pode.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Só elogiar. Ele nem esperou, que agonia. (Risos) É a agonia. Estava esperando uma crítica, mas eu ia fazer elogios.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarei pelo tempo de 11 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Rangel pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, companheiros jornalistas, subo à tribuna hoje, infelizmente, pela primeira vez, para fazer uma crítica ao meu governo, governo que tenho aqui representado, que tenho defendido, mas não posso ficar calado, Sr. Presidente, diante de uma injustiça cometida na cidade de Paulo Afonso que vem, realmente, demonstrar que, por mais que algumas mudanças tenham sido executadas na área de segurança pública no Estado da Bahia, nós ainda estamos muito

longe daquilo que queríamos chegar.

Pasmem, Srs. Deputados, há cerca de 2 meses fui procurado pelo prefeito da cidade de Paulo Afonso e vários atores sociais representantes de instituições, clamando pela permanência de um delegado de polícia, o Sr. Clériston Jambeiro, naquela cidade, por ele estar fazendo um grande trabalho. Esse delegado esvaziou a carceragem de Paulo Afonso, que tinha 90 presos, transferindo-os para o presídio; registrou todos os veículos roubados naquela cidade para esvaziar o pátio da delegacia; aproximou a polícia do Ministério Público e do Poder Judiciário, mas que existia em Paulo Afonso um movimento para que ele fosse afastado.

Pois bem, até informalmente contatei o subsecretário da Segurança Pública do Estado e o informei dessa movimentação que havia em Paulo Afonso, expondo o pedido do prefeito e do presidente da Câmara para que isso não viesse a acontecer. Não existia nenhuma crítica em relação ao delegado, e obtive a palavra de que se algo acontecesse, nós seríamos avisados.

Passado um tempo, a ameaça parecia se confirmar. Eu me dirigi ao secretário de Relações Institucionais, o Sr. Josias Gomes, e ele me garantiu que tinha procurado a Secretaria da Segurança Pública e que tinha obtido a mesma garantia. Pois bem, quinta-feira, ao apagar das luzes, ao amanhecer da sexta-feira, nós nos deparamos com a notícia de esse delegado – contra quem, repito, não havia nenhuma crítica, quando já tivemos aqui torturadores sendo apontados e nenhum tipo, muitas vezes, de averiguação de determinado ato foi feita – havia sido transferido para a cidade de Cafarnaum. Nada contra Cafarnaum.

Isso aconteceu sem nenhuma conversa com o delegado. Procuramos o governo e até o momento o que dizem é que existia insubordinação, que ele não estava obedecendo às ordens da delegada regional; e ela nega. E quem fala aqui, Sr. Presidente, é um deputado que nunca pediu a remoção de um policial, fosse ele civil ou da militar. Nunca pediu a transferência de um delegado. Um deputado que defende, inclusive, que delegados e comandantes de polícia permaneçam apenas 2 anos em cada localidade, para que não sejam contaminados pelo poder político local.

Lamento esse fato. Lamento porque, no mínimo, não existe gestão na Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia ou na Polícia Civil. Polícia Civil que sofreu grandes transformações do ponto de vista estrutural, porque não tinha nem modelo institucional; hoje tem. Mas algumas práticas, infelizmente, confirmam-se.

Sr. Presidente, providências realmente têm de ter em relação a alguns delegados. Delegados agenciadores de advogados, deputado Roberto Carlos, e a gente sabe que ainda existe.

A Corregedoria da Polícia tem de funcionar. Agora, não podemos aceitar absurdos como esse.

Falo aqui pelo prefeito de Paulo Afonso, pelo presidente da Câmara e por todas as organizações sociais da cidade de Paulo Afonso. Desmoralizaram o delegado. Espero que essa desmoralização não venha a punir a população pacífica daquela cidade, que vivia uma situação ordeira, um clima de muita paz. Cometeu-se injustiça.

É preciso que a organização da Polícia Civil preste atenção em fatos como esse, porque são tantas denúncias, deputado Joseildo, que chegam aqui, que são feitas. Há pedidos de remoção de delegados que torturam, que cometem arbitrariedades, mas esses ficam. Então eu vou aprender, quando quiser que alguém fique, vou criticar; para sair, vou elogiar.

Reconheço que tem sido feito um grande trabalho e que a crise da segurança pública está em todo o Brasil. Agora não é possível que se administre uma polícia de costas para a população. Quando encontramos um grande trabalho, as pessoas são punidas. E quem fala aqui é um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, de quatro mandatos, que já foi Oposição e hoje é Situação. (Palmas) Mas que não comunga com esse tipo de arbitrariedade.

Tomara que o meu povo, deputado Rosemberg, não seja punido; tomara que quem pague não seja a população de Paulo Afonso. Tomara que o tráfico não volte com a força com que estava se implantando, porque tínhamos um delegado de outro perfil, um homem sério, moderno, ordeiro, com outra visão de mundo. Um jovem que passou apenas 4 meses e, sem nenhuma crítica ou explicação, foi removido.

Portanto, uma coisa tenho que concordar: está longe de ter gestão, gestão de pessoas. Está longe de ter gestão em relação a acompanhamento do que realmente se passa. Por que não averiguaram, por que não chamaram para conversar? Quantas críticas são feitas aqui a delegados que nunca foram investigados? E se retira uma pessoa dessa forma. E é o meu governo, o governo que eu ajudei a colocar. É o meu governo que comete arbítrio contra pessoas sérias. Isso eu não posso aceitar.

Portanto, governador Rui Costa, é hora de repensar, de parar, porque queremos realmente polícia, uma polícia cidadã. E quem acredita na polícia cidadã não pode ser punido, não pode ser execrado da forma que esse delegado foi.

É isso aí, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado, parabéns pelo pronunciamento.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará o deputado Pablo Barrozo, por 6 minutos; e o deputado Marcell Moraes, por 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente Carlos Geilson, imprensa, colegas deputados e deputadas, amigos da *TV Assembleia*, servidores do Judiciário do nosso Estado que estão presentes lutando em prol de uma causa justa, queria parabenizar e agradecer ao Líder do governo, deputado Zé Neto, e ao secretário da Saúde, Fábio Villas-Boas, que veio a esta Casa cumprir o seu papel e a sua obrigação de secretário ao tratar com os deputados da Minoria sobre um projeto que influencia a vida de todos os cidadãos baianos, o projeto dos consórcios públicos de saúde. Projeto esse

que vai influenciar diretamente na vida dessas pessoas que sofrem, hoje, em todo o interior do Estado com a falta do serviço público de saúde bem prestado. Ele nos ouviu, fizemos diversas emendas e pontuações. Estavam presentes o deputado Herzem e diversos deputados de Oposição. Fizemos emendas propostas pela liderança que visam a dar transparência, punir, se for preciso, e cuidar do dinheiro público através das autarquias que serão feitas.

Estava muito preocupado, porque, em 2010, - o deputado Alan Sanches, que é um deputado ligado à área de saúde, sabe muito bem disso - foi fundada aqui no nosso Estado a Fesp. Uma fundação criada pela cabeça do então secretário Jorge Solla que gastou mais de 200 milhões de reais do bolso dos baianos e até hoje não prestou conta de um centavo disso. É uma vergonha, se fala em gestão, em compromisso, em dinheiro público e foi gasto mais de R\$200 milhões que não sabemos para onde foi. Uma fundação que foi fundada com a cara da maracutaia. Uma fundação que foi feita para gerir a saúde, mas que não tem, deputado Herzem, um funcionário concursado, dos 4 mil que existiam até o início da gestão do governador Rui Costa. Todos os funcionários são indicados pelos amigos da fundação. Nos tempos de hoje, parece um absurdo, mas, infelizmente, vivemos num Estado letárgico onde as pessoas não estão se atinando para a responsabilidade que é mexer com o dinheiro público.

O hoje deputado Jorge Solla, que era secretário, está lá em Brasília pagando de paladino da moralidade, mas foi o responsável pela criação da Fesp. Inclusive, gostaria que o governo ou os representantes legais do governo viessem à tribuna defender essa fundação criada em 2010 que fez consórcios com mais de 50 municípios desse interior baiano, na sua maioria municípios petistas. Eles eram obrigados, faziam consórcio com a fundação e recebiam ajuda na Secretaria da Saúde. Hoje, os prefeitos estão devendo mais de 75 milhões criados por causa dessa fundação. E até hoje não se prestou contas desses recursos.

Hoje, inclusive, tive a oportunidade de estar com o secretário Fábio, que me parece ser um homem honrado, de bem, e fiz um apelo a ele. Pedi que fechasse essa fundação, porque era uma desmoralização para a nossa Bahia. Pedi como cidadão baiano e, não, como deputado de Oposição. E o secretário, apertado contra a parede, sem poder dizer, realmente, homem de bem que me parece ser, que essa fundação é uma descaração, ficou calado e demonstrou até boa vontade com relação à avaliação de se fechar essa fundação.

Veremos os próximos passos porque estarei aqui a cobrar. E cito isso, deputado Sandro Régis, porque essa autarquia que se está criando com o consórcio muito nos preocupa. Por isso, fizemos emendas justamente para legalizar e tornar transparente o uso do consórcio público para que não haja outras fundações criadas com a saúde pública aqui na Bahia.

Quero aqui parabenizar o deputado Paulo Rangel que fez um discurso claro, transparente e corajoso de homem público, que entre o governo e o seu povo fica com o povo. Não estarei aqui, deputado Rosemberg Pinto, a querer usar desta tribuna para fazer o discurso anti-PT pela postura do deputado Paulo Rangel. Venho aqui fazer

coro com a voz dele, e infelizmente venho aqui dizer que na política pública do Estado da Bahia existe um grande equívoco. Antes se morriam por homicídio cerca de 3 mil pessoas aqui, e em Pernambuco 5 mil por ano. Hoje morrem 5 mil aqui e em Pernambuco 3 mil por ano, dados oficiais. É um sinal inequívoco de que a política de segurança pública do Estado da Bahia é um total descaso e irresponsabilidade com o cidadão. Vivemos presos em nossas casas e os bandidos soltos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo restante.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para falar e esclarecer aos nobres deputados que me antecederam, que defendem a prática abusiva, medieval, de maltratar os animais que é a vaquejada.

Vou retroceder um pouco a história. Primeiro, antes de eu ser deputado, foi aprovado aqui nesta Casa um projeto de lei que coloca a vaquejada como patrimônio cultural. Infelizmente foi aprovada entre acordo e não estava aqui para barrar. Chega, vamos lutar! Deputado Adolfo Menezes, o projeto foi de sua autoria, tenho um grande carinho e respeito por V.Ex^a, mas sei que as nossas bandeiras estão em conflito quando se fala nessa prática abusiva e medieval.

Quero dizer aos nobres colegas que não tem acordo para votar hoje a regulamentação da vaquejada como alguns deputados estão propondo aqui. A vergonha está aí, faltam apenas três dias para a maior vergonha do Estado da Bahia, uma festa que maltrata os animais. Ouvi falar muito aqui de cultura e de renda, cultura não pode ser tortura. Se fosse assim, ainda existiria um zoológico para negros como há 50 anos, na Europa, como existiam animais no circo, e hoje é proibido. Então, cultura não pode ser tortura.

Estamos no século XXI, estamos em 2015. Então, precisamos evoluir cada vez mais, é disso que precisamos, animal não é um papel. Por isso, conto com o apoio da minha colega, deputado Luiza Maia, que está contra a vaquejada porque a sociedade evolui. Quero dizer aos nobres deputado, às Galerias, que precisamos lutar contra essa prática abusiva, medieval. Ouvi alguns deputados falarem também em renda, “mas, deputado Marcell, a vaquejada gera tanto emprego, tanta renda”. As drogas também geram emprego, deputado Bobô, e nem por isso são liberadas. Não é possível que o ser humano seja tão egoísta a ponto de maltratar um animal e fazer aquilo como esporte em troca de diversão, enquanto você ri os animais sofrem.

Aqui está o meu repúdio à vaquejada. É uma prática abusiva, medieval, covarde, quem defende vaquejada está contra a vida porque é uma prática covarde e medieval, sim. O animal está ali naquele exato momento sendo puxado, pode quebrar uma pata a troco de quê? De diversão? Estamos no século XXI, 2015! Vão inventar um esporte que não machuque uma vida! O animal sente dor, frio, fome e medo.

Então, o ser humano precisa evoluir, têm que deixar de ser egoísta e não colocar o animal como se fosse uma bola de futebol que se pode derrubar a qualquer momento. É uma vergonha essa vaquejada de Serrinha! Se gera renda, se gera emprego, procure outros meios, porque – como eu gosto de comparar – a droga também é legal, a droga também gera emprego e gera renda, e todos nós somos contra a liberação do tráfico da droga.

E o animal não é coisa, o animal sente dor, sente frio, sente fome...

O Sr Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- No momento oportuno, deputado.

(...) e não devemos deixar. Tenho certeza, deputado, tenho certeza... Quando comecei a falar de proibição de animais em circo em 2010, em 12 de junho de 2010, a justiça me concedeu uma liminar dando-me a posse de dois elefantes e dois camelos do Circo Portugal, aqui em Salvador.

Em 12 de junho de 2010. Não era vereador, e não era deputado. Era presidente de uma ONG. Todo mundo achou um absurdo, como era que uma ONG... E eu comprovei que o Circo Portugal praticava atos de maus tratos aos animais. Conseguimos a liminar. Naquele momento, em 2010, apenas há cinco anos, deputado Gika, a sociedade não entendeu, a sociedade me criticava por ter conseguido essa liminar. E hoje, as pessoas são contra animais em circo. E aquela pratica também gerava renda para o circo.

E eu tenho certeza de que essa cultura medieval tem que acabar. Eu quero dizer que na capital de Fortaleza já é lei, deputado Gika, é proibida vaquejada em Fortaleza. E aqui na Bahia nós vamos proibir sim, doa em quem doer, custe o que custar. É a favor de vaquejada, meu amigo? Se coloque no lugar do boi...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) e aí você vai ver se é bom ficar lá sendo puxado pelo rabo, pelo cabelo, e derrubando boi.

Então, essa é a minha luta, essa é a nossa luta, e vamos, deputado Adolfo, acabar com isso. Tenho grande carinho e respeito por V. Ex^a que talvez seja contra hoje. Mas, tenho certeza que V. Ex^a que tem filha pequena – assim como eu – vai refletir, e daqui a 10, 15 anos, V. Ex^a vai ser o primeiro a subir nesta tribuna – ou aqui, ou no senado federal – e vai dizer: concordo.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Então vamos dizer, não, aos maus tratos aos animais! Vamos ser contra essa vergonha dessa vaquejada de Serrinha! Precisamos nos unir e nos fortalecer e acabar com essa pratica abusiva e medieval.

Deputada Luiza Maia conto com o apoio de V. Ex^a, e dos outros deputados. Vamos todos acabar com a vaquejada. Gosta de vaquejada? Se coloca no lugar do boi. Saudações ecológicas e vamos acabar com isso. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Gika e o deputado Bobô, 5 minutos e meio para cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, por 5 minutos e meio, o deputado Gika. Em seguida por 5 minutos e meio, o deputado Bobô.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente Carlos Geilson, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, servidores que se encontram nas Galerias, *TV Assembleia*, e todos os funcionários desta Assembleia, quero aqui parabenizar o prefeito de Serrinha, junto ao governador, pela construção do novo Fórum, e também o IF Baiano lá em Serrinha, essa nova instituição da área de educação trazendo melhorias para os nossos alunos.

Então, tenho que falar, Marcel Moraes, esse amigo, você é parceiro Marcell, mas sua bandeira é defender os animais. Você tem suas razões, mas nós como nordestinos...

Você está aqui na capital e tem futebol, tem uma praia, tem um teatro, tem vários lugares para frequentar e se divertir. E lá, em nossa pequena cidade do interior, nós temos a vaquejada com mais de 100 anos de tradição, que já faz parte da nossa cultura. Temos também a argolinha, a corrida de cavalo. Tudo envolvendo os animais, mas não há maus tratos como pensa. É engano seu. Em vez de ficar tao preocupado com essa questão da vaquejada, você tem que se preocupar um pouco com a saúde, com as drogas, e com a educação.

Mas a vaquejada, temos lá quem investe... Ela começará no dia 3 de setembro e terminará no dia 6. São 4 dias de eventos que recebem mais de 60 mil pessoas ao dia. Isso faz movimentar a cidade, proporcionando geração de renda e lazer.

V.Ex^a não está entendendo o que é uma vaquejada. Sei que V.Ex^a tem a bandeira de defender os animais, como também acho que eles não devem ser maltratados. Mas a vaquejada já é uma questão de tradição.

V.Ex^a não pode exigir que não se tenha a vaquejada, que essa lei não venha a ter... Não é, Joseildo? Não é, Bobô?

Vi, aqui, o nosso querido deputado lá de Juazeiro, Zó, defender a vaquejada, e a defendo porque sou nordestino, lá de Serrinha, da Região do Sisal, do Semiárido. É questão de termos o nosso lazer. E se V.Ex^a estivesse em Serrinha, naquela região, também iria defender, como estamos defendendo.

Mas tenha a certeza de que V.Ex^a vai votar essa lei... Estamos colocando a regulamentação, porque já existe a lei da cultura da vaquejada. Lá não poderá correr com espora, e já não se maltrata os animais. São várias coisas que não maltratam, meu amigo.

É assim mesmo. V.Ex^a tem direito. Temos que entender que os animais também são bem tratados, comem sua ração, têm como andar na pista da vaquejada, têm uma cama de areia com um palmo de altura, que não se maltrata os bichos como V.Ex^a está

falando tanto.

O importante é que lá temos vaquejada, temos argolinha, e o Vardinho Serra é quem faz essa vaquejada. Temos vaquejadas grandes, médias e pequenas. São 16 parques em Serrinha que movimentam a parte financeira daquela cidade.

Tenha a certeza que defenderemos, e acredito que nosso colega deputado vai votar essa lei, e que a vaquejada vai continuar, sim! Porque é uma cultura nossa, do Nordeste, que existe há muitos anos. Sem maltratar os animais. Não se arranca rabo! Fique tranquilo que não acontece como Marcell está falando. O que acontece com o boi é o mínimo. O pior é o povo que fica brigando, a briga de um homem contra outro.

Mas a questão dos animais é uma cultura. Temos que manter essa vaquejada, sim. Por isso vamos defender a lei. Acredito que dos 40 e poucos deputados que estão aqui, ou 50, só Marcell não votará, mas os outros todos vão votar. Valeu Marcell? Fique tranquilo que essa lei vai ser aprovada, com fé em Deus.

V.Ex^a tem que cuidar e defender a sua bandeira mesmo, e não podemos fazer nada por isso. V.Ex^a foi eleito por defender os animais, mas estamos na luta para a cultura da vaquejada não acabar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bobô, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores do Judiciário.

Quero fazer registros, hoje, Sr. Presidente, que considero muito importantes.

O primeiro, é uma moção de aplausos, à qual dei entrada nesta Casa hoje, ao trabalho desempenhado por Dr. Wilson Dias à frente da CAR; um órgão importante, um braço importante de fomento, sobretudo do desenvolvimento rural, das famílias de agricultores rurais. E quero fazer esse registro devido à forma como ele nos recebe, como nos trata, de uma forma séria. Aliás, essa moção de aplausos vai também, claro, para o governador Rui Costa, que soube bem escolher esse nome e agregar, assim, as ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que é comandada, hoje, pelo secretário Jerônimo, que também faz um grande trabalho. Então, fica o registro dessa moção de aplausos pelo trabalho, empenho, conhecimento absolutamente técnico desse grande gestor que é o Dr. Wilson Dias.

O outro, é um agradecimento, que faço questão de registrar, também, nesta Casa, a alguns deputados: Zó, do PCdoB; Fabíola Mansur, do PSB; Fabrício Falcão, do PCdoB; Fátima Nunes, do PT; Roberto Carlos, do PDT; Adolfo Menezes, do PSD; Pedro Tavares, do PMDB; Neusa Cadore, do PT; Adolfo Viana, do PSDB; Gika Lopes, do PT; e Manassés, meu amigo, do PSB. Esses deputados assinaram comigo um ofício encaminhado ao ministro da Educação, Dr. Renato Ribeiro, solicitando a implantação da Faculdade de Medicina em Senhor do Bonfim, que atenderá a todo o

território do Piemonte Norte do Itapicuru.

Entendemos ser absolutamente necessário fazermos um investimento na educação através de cursos importantes como esse e de outros tantos. Afinal de contas, temos nesse território e em Senhor do Bonfim duas universidades: a Universidade do Estado da Bahia e a Univasf, e o Instituto Federal, também de nível superior.

Mas não temos ainda um grande curso que pareça atraente à população local. Esse curso de Medicina viria, muito bem, a calhar, sobretudo para o desenvolvimento econômico daquele território. É o que defendemos e entendemos ser importante, claro que associado às outras políticas. Mas a política da educação, não tenha dúvida, pode transformar este País para melhor, fazer dele um País mais nosso, mais humano, mais decente, onde desejamos que nossos filhos e netos tenham acesso, sobretudo, às políticas implementadas. A educação é uma ferramenta poderosa, sobretudo na área da Medicina, em que ainda temos uma deficiência grande.

Fica meu agradecimento a todos os deputados solidários a esse pleito dos municípios do território. Afinal de contas, são nove municípios, com 305 mil pessoas morando no território do Piemonte Norte do Itapicuru, que entendem ser absolutamente necessária a implantação do curso de Medicina.

Juazeiro está tendo o privilégio da implantação do curso de Medicina, embora seja numa entidade privada. Jacobina também está tendo o privilégio de ter à sua disposição o curso de Medicina. Chegou a vez de Senhor do Bonfim e demais municípios do território.

Então, eram esses os dois registros.

Muito obrigado, e boa-tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

Srs Deputados, apenas como informação, está programado para votarmos três projetos hoje. O primeiro, é o projeto para a qual o deputado Luciano Ribeiro solicitou vista. Posteriormente votaremos o regime de urgência que o deputado Zé Neto pediu para o projeto do consórcio da saúde. E o terceiro projeto, é o dos servidores do Poder Judiciário.

Há dois pedidos de urgência: para o do ICMS e para o do consórcio da saúde. Não é isso?

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Sandro Régis, Líder da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex^a, na sessão passada, provocou-me em relação à questão da urgência aqui, na Casa.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Jamais provoco V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Sei que V.Ex^a tem o Regimento, que lhe confere ou não...

Mas quero ler, aqui, as palavras de V.Ex^a na 16^a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da Bahia, do dia 16 de setembro de 2014.

(Lê) *“Deputado Gaban e deputado Zé Neto, para colaborar o que falei anteriormente, o deputado Adolfo Menezes pede um tempo para preparar o relatório. Isso aqui vai acabar, eu não vou aceitar que projeto dessa magnitude tenha esse tipo de comportamento nesta Casa. Não vou aceitar nas próximas, porque, realmente, é inaceitável. Fui deputado de Oposição durante 16 anos e projetos eram discutidos na Comissão. Tenho de cumprir o Regimento. Mas quero registrar a minha posição aqui: sou altamente contrário a esse tipo de votação. É inaceitável.”*

Só para colaborar com V.Ex^a, um projeto que entra hoje, no requerimento de urgência, chegou a esta Casa sexta-feira à tarde. Ele está sendo votado hoje. Está sendo votado hoje, segunda-feira à tarde.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta Casa, a qual V.Ex^a vem conduzindo muito bem, temos de ter uma regra para esse tipo de coisa. É inaceitável, Sr. Presidente, projetos chegarem em um dia e serem votados no outro dia em regime de urgência. V.Ex^a. que sempre disse que faz um momento diferente, que a Oposição, hoje, tem voz e que no passado não tinha. V.Ex^a aqui fala que, nos seus 16 anos de Oposição, sempre os projetos passaram nas comissões e foram discutidos. Então, V.Ex^a. me pediu que eu trouxesse este discurso, eu trouxe para colaborar com a presidência.

Quero dizer a V.Ex^a: o registro da tristeza da Oposição desta Casa não se valorizar e chegarem projetos aqui nos dias de sexta-feira e de segunda-feira, sem que deputados tenham condições de analisá-los e serem votados em regime de urgência. É só para ajudar V.Ex^a. a resolver essas questões, porque, Sr. Presidente, senão é melhor dissolver todas as comissões na Assembleia Legislativa da Bahia. Muito obrigado.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, na verdade, seriam 3 pedidos de urgência, mas retirei um. Atendemos àquelas reivindicações de que o do Planserv discutiremos nas comissões. Agora, há um deles que trata, Sr. Presidente Marcelo Nilo, da questão do comércio eletrônico na internet. Esse projeto foi aprovado no Senado no mês passado. Esse projeto tem que ser votado em setembro, porque é de noventa dias. Se ele não for votado em setembro, poderemos perder uma fortuna de ICMS por causa do comércio eletrônico na internet. Isso que está acontecendo aqui aconteceu em todos os estados, porque só no mês passado que ele desembarçou no Senado. E, agora, estamos votando ele nessa pressa. Ao mesmo tempo, retiramos um outro que estava na pauta, Sr. Presidente. Nos comprometemos, a pedido da Oposição, a fazer esse debate nas comissões conjuntas. Esse projeto do ICMS eletrônico, infelizmente, não temos tempo, porque é a reprodução da norma que foi aprovada no mês passado e só temos 90 dias.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não deputado. Deputado...

O Sr. Zé Neto:- Somente para informar. Os técnicos da Fazenda estão na Casa e conversarão com a Oposição para que qualquer dúvida que tenha possa dirimir. Até porque será uma reprodução de uma norma legal que está no âmbito federal. É só uma reprodução de norma federal, praticamente. Então, ficarão os técnicos da Fazenda à disposição da Oposição, como foi feito pela manhã de hoje com o secretário da Saúde que, também, discutiu com a Oposição. O nosso interesse é esclarecer. Não há nada para esconder.

Agora, evidentemente, Sr. Presidente, temos um prazo apertado de 90 dias e temos de votar este mês de setembro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, o Líder da Oposição, colocou corretamente as minhas palavras em dezembro. Eu mantenho toda a minha posição com relação à essas palavras. Eu acho que é inaceitável que se chegue um projeto na sexta-feira e se vote a urgência. É inaceitável que se chegue um projeto na sexta-feira e se vote a urgência na terça-feira.

Agora, eu não posso também ir contra o Regimento. Eu já disse, deputado Zé Neto, que o projeto do Planserv que chegará não será votado em regime de urgência, irá para as comissões. O projeto do ICMS, é, realmente, um projeto que necessita de urgência, porque tem o prazo do projeto do Congresso Nacional.

O projeto do consórcio não tem uma polêmica de discussão com a sociedade, não vi ninguém criticando. Com relação ao projeto do Funprev já determinamos que não vai ser urgência aqui e irá para as comissões e o do Planserv, que também é um projeto polêmico, deputado Sandro Régis, os projetos que forem polêmicos, mesmo sem querer ferir o Regimento, levarei para as comissões.

Sei da urgência do projeto do ICMS, porque já foi votado no Congresso Nacional e, conseqüentemente, tem que ser votado nos Estados. Vários presidentes de Assembleias, inclusive, me ligaram para saber se o referido projeto já foi votado na Bahia. Portanto, somos, talvez, um dos últimos a votar esse projeto.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero questionar apenas para valorizarmos o nosso Parlamento.

Essa questão de polêmico, ou não, é subjetivo. O que pode ser polêmico para V. Ex^a. pode não ser para mim ou vice-versa.

O que temos que fazer, Sr. Presidente, é valorizar o Parlamento! É colocar as comissões para analisarem os projetos. Os projetos devem ter a tramitação regimental. Claro que uma exceção ainda vá lá! Mas, V. Ex^a não pode fazer disso uma regra! No atual governo, só se vota em regime de urgência. Os parlamentares que fazem parte das comissões, na Assembleia, não estão sendo respeitados. Nem parlamentares do Governo, nem parlamentares da Oposição.

Quero registrar, apenas, que acima da vontade, do interesse, deve haver independência do Parlamento! Dessa forma o parlamento está sendo uma mera secretaria de Estado do governo Rui Costa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, eu concordo com V. Ex^a. Sou altamente contrário a se votar projeto em regime de urgência aqui nesta Casa. Mas não posso, como presidente rasgar o Regimento. Concorde com a opinião de V. Ex^a. Acho que é inaceitável, é desnecessário votarmos projetos aqui em regime de urgência.

Eu pedi ao Líder do Governo para que projetos como os do Planserv e do Funprev passem pelas comissões. Dentro do possível vou negociando com o Líder do Governo para que a maioria dos projetos, se possível, seja discutido nas comissões.

Reconheço que V. Ex^a tem toda razão! Como presidente da Assembleia acho inaceitável votar-se projetos, constantemente, em regime de urgência. Quando eu era deputado de Oposição, nesta Casa, a maioria dos projetos, também, eram votados em regime de urgência.

O Sr. Sandro Régis:- Mas eram discutidos nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Casos eram discutidos lá!

Na gestão do governo Jaques Wagner e do governador Rui Costa não está discutindo nenhum caso lá. Então, concordo com V. Ex^a.

Acho que o Líder do Governo dever levar os projetos para serem discutidos nas comissões. Agora, eu não posso vetar porque o Regimento não me permite.

Quero registrar que concordo plenamente com V. Ex^a

O Sr. Sandro Régis:- A única coisa que quero de V. Ex^a é que discipline isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou tentando disciplinar. Tanto é que disse ao deputado...

O Sr. Sandro Régis;- Faço um apelo para que V. Ex^a discipline isso!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu não posso disciplinar porque tento seguir o Regimento.

Eu pedi ao deputado Zé Neto – nesse caso o termo é pedir, não posso impor, porque o Regimento não me permite isso – que os projetos sejam discutidos nas comissões. Por exemplo, já acertamos que os projetos do Funprev e do Planserv irão para as comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, funcionários do Judiciário que lutam por seus direitos – tenho certeza de que hoje sairão daqui com o projeto de vocês aprovado – imprensa aqui presente, boa tarde.

Deputado Marcell Moraes, subo à esta tribuna para retribuir a V. Ex^a. os elogios que me fez. Tenho admiração por V. Ex^a, respeito e amizade, mas, V. Ex^a foi infeliz

em suas colocações, desta tribuna, quando colocou que, se aqui estivesse na legislatura passada, o projeto de minha autoria que transformou a vaquejada em patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia, não seria aprovado. Quero dizer a V.Ex^a que esse projeto não só foi aprovado, deputado Marcell Moraes, como o foi à unanimidade.

A vaquejada não deveria ser apenas um patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia, não. Deveria ser um patrimônio do Brasil.

Quero dizer a V.Ex^a que os vaqueiros que participam da vaquejada devem gostar mais de animais do que muitos que se dizem defensores deles, e não incluo V.Ex^a nessa lista, porque sei que desempenha o seu papel com brilhantismo. Mas, nesse ponto específico da vaquejada, estaremos em lados opostos.

V.Ex^a chegou a mencionar que iria recolher assinaturas, pedindo o fim da vaquejada. Eu quero dizer que se V.Ex^a começar a recolher assinaturas, pedindo o fim da vaquejada, eu irei recolher também, apoiando a vaquejada. V.Ex^a pode ter certeza de que não faltará apoiadores para esta cultura do Estado da Bahia, do Nordeste e do povo brasileiro.

O Sr. Zó:- Deputado, V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo um aparte ao deputado Zó. Rapidamente, porque tenho pouco tempo.

O Sr. Zó:- Eu só queria dizer que V.Ex^a pode contar com meu nome nessa lista. Dou total apoio à vaquejada. Acho que a nossa sociedade brasileira é muito hipócrita em determinados assuntos.

Ouvi o discurso do colega, deputado Marcell Moraes, sobre a questão das drogas. No Brasil se discute a questão drogas com viés em uma série de coisas, e é proibido o uso de drogas. O Brasil diz que é proibido o tráfico de drogas. Em qualquer esquina de muitas cidades brasileiras, por volta da meia-noite, talvez a pessoa não encontre um remédio para seus filhos, mas encontra droga em todo canto. Então, é o que a sociedade vive fazendo. É a mesma coisa: é contra a vaquejada e apóia uma série de coisas que machucam o ser humano...

A sociedade brasileira aprovou o porte de armas. Para que o cidadão quer armas? A sociedade fez um plebiscito e apoiou o porte de armas. Para que um cidadão de bem quer armas? A arma só ficou para duas pessoas, para polícia e para bandido. Essa discussão precisa ser feita na sociedade às claras.

Então, meu total apoio ao discurso de V.Ex^a. Vaquejada, sim! Em nome da cultura Nordestina e em nome da cultura do sertão brasileiro.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço-lhe pelo aparte, deputado Zó, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Zó, V.Ex^a, assim como o nobre deputado Marcell Moraes, não estavam presentes na legislatura passada, mas apresentei o projeto que transformava a vaquejada em patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia e o aprovamos em tempo recorde. Em 15 dias o projeto veio para o Plenário, com dispensa de todas as

formalidades, e foi votado nesta Casa à unanimidade, deputado Marcell Moraes. Respeito a luta de V.Ex^a em defesa dos animais, mas a vaquejada...

Eu queria convidar V.Ex^a a ir à Vaquejada de Serrinha para ver como os animais são bem tratados.

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Existem cavalos, deputado Marcell Moraes, que contam com dois, três veterinários cuidando deles. É dada toda a assistência aos animais. Uma geração de empregos incalculável.

Concedo um aparte a V.Ex^a, rapidamente, por causa do tempo.

O Sr. Marcell Moraes:- Nobre deputado Adolfo, gostaria de dizer que V.Ex^a, indiretamente, concorda com tudo que estou falando. Quando V.Ex^a me convida para ir à vaquejada, digo que irei com o maior prazer. Se V.Ex^a comprovar para mim que na Vaquejada de Serrinha não há maus-tratos aos animais, que o rabo não é puxado, retiro meu projeto que proíbe a vaquejada e vou me associar a V.Ex^a. Agora, se V.Ex^a – veja que estou fazendo um desafio – me levar à Vaquejada de Serrinha e eu comprovar que os animais quebram as patas, são puxados pelo rabo, têm fraturas expostas, aí, V.Ex^a apóia o meu projeto de acabar com a vaquejada no Estado da Bahia. Quero, repito, fazer um desafio: o senhor é um deputado atuante, mas precisa saber e entender que o animal não é coisa. Animal não é papel! Animal sente dor, sente frio, sente fome, sente medo! Respeite os animais esija contra a vaquejada, deputado!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Marcell Moraes. eu respeito a sua opinião e concordo com ela. Mas acho que V.Ex^a precisa, sim, perceber o cuidado que a vaqueirama tem com os cavalos, bois e vacas que participam da vaquejada. E aceito o seu desafio: querendo ir à vaquejada, está convidado. Então, vai perceber uma coisa: os animais das vaquejadas estão tendo uma condição muitas vezes melhor, com medicamentos e assistência médica através dos veterinários, do que muitos seres humanos em nosso País e no nosso Estado.

E agora um desafio também está sendo feito ao deputado Marcell. Respeito o seu ponto de vista, mas quero lhe dizer uma coisa: quando V.Ex^a começar a recolher as assinaturas, me avise para que eu possa recolher as da própria vaqueirama. E aí o senhor vai tomar um susto com o apoio e o apelo que as vaquejadas têm no coração de centenas e centenas dos seus amantes.

Vou conceder neste momento um aparte também ao deputado Gika. Aliás, não terei mais condições de conceder-lhe. Quero só registrar novamente que o desafio do deputado Marcell Moraes está aceito.

O Sr. Marcell Moraes: - Está aceito.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agora, deputado Marcell Moraes, compreenda de uma vez por todas que a vaquejada virou patrimônio cultural e material do Estado da Bahia, aprovado neste Plenário por unanimidade, portanto contando com o apoio de todos os parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Presidente, boa-tarde ao senhor e a todos os servidores públicos que estão nesta Casa e, por infelicidade, têm de fazer greve neste governo para adquirir os seus direitos. Nós já estivemos aqui também fazendo esta luta para adquirir os nossos direitos. Portanto, eu parabeno os servidores públicos que se encontram na Assembleia neste momento reivindicando os seus direitos. É nada mais justo do que o reajuste salarial e a dignidade para trabalhar. Uma categoria tão importante como a do Poder Judiciário baiano infelizmente não tem sido valorizada por este governo que se mantém no poder atualmente. E também pelo governo passado.

Portanto, contem com o meu apoio, contem com a votação da gente aqui e tenham certeza que não só nesta luta, mas em todas as outras que vocês servidores precisarem, terão o meu apoio aqui neste Legislativo.

Sr. Presidente, quero falar da segurança pública. Ontem fizemos um relato sobre como se encontra o Estado nesta área no momento, e o próprio deputado falou que vai levar para a Comissão esse debate. Eu gostaria muito que realmente ele fosse feito na nossa Comissão de Segurança Pública e aqui neste Plenário também, porque a segurança pública na Bahia está abandonada, acabada!

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública fez uma visita ao Complexo Penitenciário da Mata Escura. Vimos uma situação não só alarmante, mas também decadente e degradante para os servidores públicos que lá trabalham, para os internos que estão cumprindo pena e sendo custodiados, enfim, para todas as pessoas que estão naquele presídio.

Houve uma fuga recente. Vinte presos fugiram daquela penitenciária. O local da fuga está lá intacto, sem nenhuma alteração ainda, pronto para outras fugas se vierem a acontecer, porque o Estado não tomou nenhuma providência. A cadeia está totalmente acabada, os servidores públicos gastando o dinheiro do próprio bolso e os policiais fazendo vaquinha e rifa para construir guaritas para trabalharem. Uma condição absurda, desumana! E a nossa própria Comissão verificou essa situação desumana em que os servidores públicos ali trabalham. A sociedade também precisa conhecer a realidade daquele presídio, onde estão policiais militares e agentes penitenciários sem banheiro, sem alojamento, sem colchões, sem nenhuma condição!

O único complexo penitenciário do Brasil dito de segurança máxima pelo governo do Estado é aberto, não tem um muro cercando-o! Qualquer pessoa adentra aquele presídio à hora que quiser! Joga droga, passa arma, passa o que quiser lá dentro! E o governo simplesmente nada faz! Mente e engana a população da Bahia tratando os servidores daquela forma! Ali está o retrato de como o governo trata a

questão da segurança pública no Estado: uma situação degradante e humilhante para todos os servidores! É uma bomba-relógio que está no presídio, e acontecerão muitas fugas e mortes! Mas nenhuma providência será tomada por este governo! Como foi muito bem colocado pelo deputado Adolfo Viana aqui, vimos agora a morte da estudante de Medicina ontem, quando se criou um clamor público na Bahia, como se todos os dias não morressem pretos e pobres da periferia. Muito pior do que a situação daquela estudante. Perdemos, sim, uma estudante maravilhosa, uma menina que tinha uma carreira brilhante pela frente. Mas por incompetência deste governo, que não trata a segurança pública com seriedade, não escuta as categorias, não escuta ninguém!

Os policiais militares estão com um acordo para ser cumprido, e o atual governo não cumpre. Lamentavelmente é este o retrato da segurança pública! O governo fica apagando incêndio! Foi no bairro de Valéria e levou todo o efetivo policial pra lá. Agora foi na cidade de Jequié e levou todo o efetivo policial pra lá. Foi no bairro de Nazaré e deslocou todo o efetivo policial para lá. O governo fica enxugando gelo e tratando a sociedade baiana com total incapacidade na área da Segurança Pública.

O secretário, infelizmente, vem para a televisão e mente com os dados que estão aí. “O número de homicídios caiu, a violência diminuiu”. Eu queria “morar” na propaganda deste governo para ver essa realidade da segurança pública na Bahia, porque na rua, no dia a dia a população não vê nada disso. Vê é uma insegurança pública geral!

Vitória da Conquista, nosso amigo Herzem Gusmão, está uma lástima na segurança pública. Aquele município está acabado. O bairro de Cajazeiras, aqui em Salvador, tem 800.000 habitantes para 158 policiais tomarem conta da segunda maior cidade do Estado: o próprio bairro de Cajazeiras! O governador está andando nesta capital fazendo propaganda política, pleiteando uma eleição para prefeito, em vez de olhar a verdade da segurança pública soteropolitana, que está abandonada! Todos os bairros daqui hoje, quem comanda são as facções criminosas, junto com o crime organizado. E com o tráfico, que também está comandando a segurança pública no nosso Estado, enquanto a nossa categoria pena. Este ano 17 policiais civis e militares já tiveram as suas vidas ceifadas.

Então, vamos tratar a segurança pública com seriedade!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN/PROS/PRP. O Sr. Rosemberg Pinto:- Pelo tempo de 5 minutos, o deputado Joseildo Ramos. E pelos outros 5, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Joseildo Ramos, por 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estaremos

tratando agora aqui de uma indicação que vamos fazer em torno de um decreto do governador Rui Costa, que, numa atitude extremamente sensata, através da alteração do Art. 265, inciso CVI, do Decreto nº 13.780, de março de 2012, e do Decreto nº 16.284, agora de agosto de 2015, isenta ou dá o benefício fiscal de isenção do ICMS aos fornecimentos de energia para as empresas públicas ou sociedades de economia mista que tenham como atividade principal a captação, o tratamento e a distribuição de água canalizada.

Na realidade, essa isenção vai na direção, Sr. Presidente, de obras fundamentais de saneamento básico. Entretanto, a nossa indicação visa estender esse benefício às autarquias que compreendem os chamados SAAE's, Serviços Autônomos de Água e Esgoto, que estão funcionando nos municípios baianos, são da Administração Indireta do poder público dos Executivos Municipais, não visam lucro e fazem um serviço extraordinário no Estado da Bahia!

Digo isso porque temos, por exemplo, nos municípios de Alagoinhas e de Catu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que utiliza a energia elétrica como um dos principais insumos para a produção de água de boa qualidade, captação, bombeamento, distribuição, para colocar à disposição da população água potável, para resguardar a saúde pública.

Ora, se as empresas públicas e as autarquias fazem o mesmo serviço, é claro que, por similaridade, a nossa indicação, por justiça, vai na direção de as autarquias municipais também fazerem jus a esse benefício que o governador Rui Costa, sabiamente, coloca à disposição das empresas ligadas à administração indireta do Poder Executivo baiano, estendendo esse benefício às autarquias municipais, que compreendem 34 serviços autônomos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns municípios do Estado da Bahia.

Água não pode ser tratada como mercadoria. Água é vida. E no momento em que se desonera do principal imposto do Estado da Bahia as empresas públicas, ou aquelas de economia mista, esquecendo de incluir as autarquias municipais, que fazem um serviço extremamente importante, de norte a sul, de leste a oeste do nosso Estado, essa indicação vai na direção de fazer justiça, de estender esse benefício aos municípios que são servidos pelas autarquias municipais, porque neles municípios não existe a prestação de serviços pela Embasa.

Ora, se a Embasa não está presente e quem faz os serviços de saneamento são os SAAEs dos diversos municípios é preciso que esse benefício fiscal acomode o interesse das populações que, certamente, pagarão mais caro pelo metro cúbico de água potável.

Portanto, a nossa indicação vai na direção de sensibilizar o nosso governo, e não tenho dúvida de que esse equívoco será sanado no momento da inclusão das autarquias municipais como beneficiárias da isenção do ICMS que incide sobre a energia elétrica, que é um dos principais insumos das empresas que prestam serviços de saneamento básico no Estado da Bahia e que são autarquias da administração indireta dos diversos municípios onde existe o serviço autônomo de abastecimento de

água e esgotamento sanitário.

Era essa a informação, Sr. Presidente, que, desta tribuna, vimos trazer, porque essa indicação estará indo na direção de alcançar a sensibilidade do nosso governador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Zé Raimundo, V.Ex^a falará por quanto tempo? Ficaram 4 minutos para V.Ex^a. Por 6 minutos, falou o deputado Joseildo; por 4 minutos, falará o deputado professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha alegria pela – embora não pudesse estar presente, em função de uma agenda externa – construção do Parque Logístico de Vitória da Conquista, na sexta feira passada. Mas lá estiveram os amigos do nosso mandato, o deputado federal Waldenor Pereira, e toda a nossa equipe de colaboradores, testemunhando uma grande ação dos empreendedores locais. Estão de parabéns a Prates Bonfim, a Curva Gráfico que, aproveitando o ambiente de crescimento de Vitória da Conquista, fizeram um grande investimento para viabilizar, naturalmente, funções fundamentais hoje no interior da Bahia. São elas a intermediação comercial, o transporte de cargas – setor que vem crescendo enormemente no Brasil a partir do governo Lula, continuado por Dilma – e a política de interiorizar o desenvolvimento econômico e social.

Ao contrário do que algumas pessoas imaginam, esse investimento privado só foi possível graças ao governo do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, que por alguns anos vem crescentemente investindo na cidade em parceria com o governo federal e com o governo do Estado. Por isso muitos visitantes ficam admirados e surpresos com o grande desenvolvimento social e econômico de Vitória da Conquista. A começar pela infraestrutura social: é a 14^a cidade do Brasil em saneamento básico, estamos com quase 90% de coleta, tratamento e destinação do esgoto. Isso acontece em poucas cidades do Brasil. Da mesma forma, há desenvolvimento na construção civil, na área dos serviços de saúde, na educação superior – além da UESB, há mais de cinco estabelecimentos de ensino superior na cidade, promovendo assim o desenvolvimento cultural e social.

E foi exatamente a partir dos indicadores de um projeto estudado e elaborado pela CEI, na gestão do Prof. Geraldo Reis, Doutor em Sociologia Territorial, que esses dados foram utilizados num projeto feito por consultores de renome nacional. Os empresários foram lá e, a partir desses indicadores, investiram, ajudando, portanto, no desenvolvimento da região.

Lá estão as obras para serem iniciadas, a da duplicação da BR 116, a parte sul, a partir de Vitória da Conquista. Lá estão projetos como o do aeroporto, que a qualquer momento teremos o anúncio do Terminal de Passageiros. Mas alguns incrédulos só fazem torcer para que essas obras não sejam concluídas. Tem pessoas que parecem que são cegas, não querem ver o desenvolvimento de Vitória da Conquista e só falam mal da cidade. São verdadeiras vozes agourentas, são os agourentos que não querem ver o progresso da cidade. Mas a cidade cresce. A cidade

se desenvolve. A cidade supera. São as vias que cortam a região, todas pavimentadas. Outrora não era assim, outrora era um total descaso e abandono do Sudoeste da Bahia. Por isso é que, ao lado dessa notícia e dos parabéns aos empreendedores, temos que parabenizar o governo Rui Costa, o governo Wagner e o governo do Partido dos Trabalhadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui meus cumprimentos a LCDT, ao seu presidente Leonésio Alves, que realizou um grande campeonato local, deputado Roberto Carlos, sobretudo ao Marú e à Ponte Preta, times que disputaram a final, com a vitória da Ponte Preta. Aliás, V.Ex^a pode ir lá, deputado, que tem atletas amadores que podem servir ao seu grande clube Juazeiro.

Parabenizar essas duas equipes, Leonésio e também a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista pelo grande estádio municipal, Estádio Edvaldo Flores, com grama artificial. É de tal beleza que qualquer animal desavisado pode até comer a grama artificial, deputado, tal a qualidade com que o prefeito Guilherme Menezes construiu aquele campo.

Por isso gostaria de deixar aqui os meus cumprimentos, os parabéns ao Marú e à Ponte Preta pelo grande campeonato.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria para falar ou indicar orador.

Não havendo orador a indicar, com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM, PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Herzem Gusmão e por 5 minutos o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não iria tratar do PLS, que é um parque logístico, mas sou obrigado a falar. Sempre digo que a minha querida Vitória da Conquista – terceira maior cidade da Bahia, terra de Glauber Rocha, terra de Elomar – é uma cidade belíssima que avança, que cresce como fruto da valentia da iniciativa privada, porque os governos atrapalham.

Sobre o parque logístico que foi inaugurado: o local foi escolhido devido à proximidade do aeroporto. A iniciativa privada, só ela, investiu R\$80 milhões e inaugurou o parque logístico. Quando depende do governo, as obras ficam emperradas, como nas proximidades do aeroporto, que ficou lá emperrado por apenas R\$30 milhões. Só promessas e a cidade se sente engabelada, se sente ludibriada. É inaceitável o discurso de promessas renovadas de um aeroporto que não sai. Mas ele vai sair porque haveremos de pressionar, estaremos, no dia 16, numa sessão na Câmara, pressionando o governo e cobrando um equipamento que a cidade tem

direito.

Pasmem os Srs.! Esse parque logístico foi inaugurado às margens da Rio/Bahia, mas lá em Conquista não acontece nada na BR 116 Rio/Bahia, diferente de Feira que tem duplicação de Feira para Santo Estevão, de Santo Estevão até o Paraguaçu. Em Conquista não tem nada, não acontece nada. O deputado que falou aqui fez fotografias apenas de uns cones que a Via Bahia colocou na cidade de Vitória da Conquista.

É lamentável a ausência do governo. Vitória da Conquista tem indicadores negativos: na saúde, é o SUS mais mal avaliado da pátria, eu diria claudicante; na educação, temos o IDEB, e Vitória da Conquista lamenta profundamente que as crianças não conseguem aprender a ler e a escrever.

Tenho aqui a relação das cidades mais violentas do Brasil, dados do Instituto Sangari, reconhecido pelo Ministério da Justiça e que fornece dados para o mapa da violência. Das cidades mais violentas do Brasil, de 5 mil 570 municípios, a Bahia contribui com onze cidades, dentre aquelas que mais eliminam jovens de 16 e 17 anos. Das trinta mais violentas, a Bahia contribui com onze: Simões Filho, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Itabuna, Teixeira de Freitas, Camaçari, Jequié, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Salvador e Ilhéus.

E quero chamar a atenção do governo para o fato de que não tem política de segurança pública. A Bahia tem a cidade mais violenta do Brasil que é exatamente Simões Filho; em segundo lugar, Lauro de Freitas; em terceiro lugar, Porto Seguro. No mapa geral, quando você sai de 16 e 17 anos, encontra-se de novo Simões Filho como a cidade mais violenta da pátria.

E vemos Conquista também na relação, aparece entre as trinta mais violentas. Disse, quando cheguei aqui, que tirei o PT de Conquistada zona da mentira, do conforto, da engabelação, da enganação que estamos a acompanhar.

Torcemos sim por Vitória da Conquista, cidade próspera e que precisa de governo que não tem. Existe um desgoverno pelos indicadores oficiais do MEC, indicadores do mapa da violência, indicadores do Ministério da Saúde. A cidade vive claudicante em relação aos dados oficiais. No mais, é a propaganda que o PT sabe fazer. Portanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer esse registro e manifestar essa nossa preocupação: o governo precisa estabelecer política de segurança pública. Essa jovem que morreu recentemente, que teve uma repercussão internacional, a estudante de medicina, isso é o reflexo do que estamos vendo do mapa da violência. Das cidades mais violentas da pátria, a Bahia contribui com 11 cidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}

Deputadas, Senhores funcionários e funcionárias presentes nas Galerias, temos ouvido neste Plenário da Casa deputados do governo cumprindo seu papel de aliados, tentando justificar de forma até angustiante justificar a crise financeira e econômica pela qual passa o governo de maneira geral e os governos estaduais e, muitas vezes, os deputados têm recorrido há 12, 15 anos tentando buscar em governos anteriores ao PT as justificativas. Depois que se passou todo esse tempo, isso não faz nenhum sentido.

E aí fala muito em crise internacional. Mas recordo-me que em 2008 a crise econômica provocada pelas chamadas bolhas do mercado imobiliário americano que afetou o nosso País e o então presidente Lula, com muita propriedade, naquela época, dizia que aquela crise era apenas marolas, que não afetaria o Brasil, nem afetaria a economia brasileira. O que me parece é que a partir daquele momento a crise já afetava o nosso país e apenas fora empurrada para o futuro, colocada para debaixo do tapete. E o tempo passou e a crise se acentuou, já se vinha acentuando desde o ano passado, e ainda hoje a bancada da base aliada do governo quer colocar a culpa da crise na China, como se isso que provocou a crise no Brasil. Ora, meus senhores, desde o ano passado que o nosso País vem passando por essa crise que em decorrência da eleição fora empurrada para este ano. E não teve jeito estourou, estourou a ponto, meu caro deputado Luciano Ribeiro, de o governo central abrir um precedente, sem precedentes, que é encaminhar para o Congresso Nacional um projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016 deficitário. Eu nunca ouvi falar nisso, mandar um projeto de lei orçamentária com déficit orçamentário. Isso é impossível, isso é de fato um precedente sem tamanho.

Vamos imaginar se todos os Estados brasileiros, nas suas leis orçamentárias, fizerem a mesma coisa. Vamos imaginar que a maioria dos municípios brasileiros façam a mesma coisa. Aí é que esse país vai quebrar de uma vez por todas. Quando a Lei de Responsabilidade Fiscal foi implementada foi exatamente para proibir que governantes gastassem mais do que o que arrecadam. Neste momento, o governo pede autorização prévia para ter um orçamento deficitário e provavelmente gastar mais do que o que arrecada.

Portanto, é preciso que o parlamento brasileiro, que os deputados federais, que o Congresso Nacional fiquem atentos a essas distorções orçamentárias para que não levem o nosso Brasil à bancarrota de uma vez por todas, tendo afetado a sua avaliação econômica internacional e provocando mais desemprego do que o que já vem ocorrendo.

E aí, meu caro Herzem, V.Ex^a que falava há pouco sobre a questão da segurança pública, também terá a consequência do aumento da violência o desemprego, de um modo geral, afetando a todos os setores do serviço público, e é obrigação dos poderes públicos oferecer serviços à nossa comunidade, à nossa população baiana e brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, quero chamar aqui a atenção do Congresso Nacional para que devolva aquela peça orçamentária ao governo para que este possa fazer os

reparos, cortando gastos e vendo de que forma vai buscar o equilíbrio orçamentário e financeiro deste País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por 10 minutos o deputado Rosemberg Pinto. E por dois, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, Imprensa, meu querido presidente Adolfo Menezes, eu ouvi aqui atentamente as diversas intervenções. Primeiro, quero externar a angústia que o deputado Paulo Rangel apresentou e dizer-lhe que a entendo. Sei que não foi uma crítica ao governo, à política de segurança pública dele, deputado Paulo. Foi uma angústia pela forma como foi feita a remoção do delegado, assunto que acabei de ouvir. Gerou uma crise em três municípios essa mudança que aconteceu lá. Espero que a gente possa ter uma solução rápida para essa questão.

Também ouvi o deputado Pablo falar de Pernambuco, do número de homicídios naquele Estado e na Bahia. É lógico que lá... Quem diz não sou eu, mas os estudos de segurança pública no Brasil. Por que aqui esse número acaba sendo maior do que em Pernambuco? Porque lá não são contabilizados aqueles crimes que não foram desvendados os autores. Por conta disso, não estão nas estatísticas.

Então, isso é simples. É simples dizer que a Bahia tem um número maior do que o de Pernambuco. Portanto, é preciso que a gente compreenda e estude direitinho para não falar algumas coisas que, às vezes, não são a realidade dos fatos.

A outra questão, deputado Hildécio, não sei em qual mundo V.Ex^a passou neste período, porque dizer que não existe uma crise mundial?! Há uma crise fenomenal! Talvez a maior crise depois da de 29. Estamos vivendo uma crise no mundo inteiro, e ela tem uma repercussão significativa na Bahia, aqui no Brasil. É lógico que tem repercussão aqui no nosso Estado!

Então, nós precisamos fazer esta discussão sem nenhum problema do ponto de vista dos impactos duma crise econômica. Vivemos uma crise econômica e também uma crise política. Mas é a política que resolve o problema da economia. E nós só conseguimos fazer com que passássemos nos governos anteriores ao deste segundo da presidenta - os dois do presidente Lula e o primeiro governo da própria Dilma - os impactos da crise mundial porque não entramos no mesmo formato conservador daquela política econômica que se utiliza do mesmo receituário. E aí fomos, deputado Paulo Rangel, para a política de distribuição de renda, que gerou um

aumento de consumo e garantiu realmente que passássemos um pouco ao largo da crise.

Que nos pega agora porque ela, obviamente, vem de uma forma muito mais cruel do que nós próprios imaginamos.

Eu quero aqui dizer que não há, por parte do governo do Estado, um desprezo com a cidade de Vitória da Conquista, deputado Zé Raimundo. Muito pelo contrário, se compararmos Feira de Santana e Vitória da Conquista, do ponto de vista de anel viário, o anel viário de Vitória da Conquista tem uma singularidade e uma potencialidade muito maior do que a de Feira de Santana. É o inverso. Foi primeiro em Vitória da Conquista, que deu uma condição melhor para aquela cidade no seu governo, e que V.Ex^a. pagou um preço alto, inclusive, por fazer aquele anel viário, e criou as condições de diminuir acidentes, engarrafamentos, aquele tráfego pesado no centro da cidade de Vitória da Conquista. Ora, parece que há um desconhecimento total sobre o nosso Estado!

Quero aqui dizer que não tenho nenhum problema, e não venho fazer uma defesa do governo, aqui, tímida. Venho fazer a defesa do governo, convicto de que o nosso governo não está fazendo uma política conservadora, como faz outros estados. Imagine o Rio Grande do Sul, que não é governado pelo Partido dos Trabalhadores, está propondo, deputado Zé Raimundo, dividir em quatro parcelas o pagamento dos servidores. Imagina, falar de segurança pública aqui, quem é do partido do governador do Paraná, que botou a polícia para bater nos servidores públicos, e vem falar de segurança pública aqui do nosso Governo? Ora, pelo amor de Deus!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu aqui, quero dizer que faço esse debate com muita tranquilidade.(risos) Estou rindo porque o deputado Adolfo Viana tem todos os tempos, ele fala e quer tomar o tempo dos outros deputados aqui. Meu querido amigo Adolfo Viana, já dividi o tempo com a deputada Luiza Maia.

Eu queria aqui, claramente, deixar uma seguinte posição: tenho dito aqui, quero fazer um debate desta Casa. Hoje fizemos um grande encontro na Comissão de Agricultura para discutir a política do cacau, o deputado Adolfo Viana estava lá defendendo os interesses daquela região, apesar de não ser daquela região, mas fez uma bela intervenção na defesa dos interesses da nossa cultura do cacau, uma cultura que precisamos, todos juntos aqui, trabalhar no sentido de garantir que haja uma proteção para o mercado nacional, para a agricultura nacional. Nós não podemos, deputado Sandro Régis, permitir que, aí sim temos que ir ao governo federal para garantir que haja uma proteção e que se crie as condições para evitar a importação desse cacau que está competindo com a produção da nossa região.

No período mais duro que nós enfrentamos aqui, aquela epidemia de vassoura-de-bruxa lá na cultura do cacau, permitiu-se, sim, que trouxesse cacau de fora para garantir o nosso mercado interno. Mas, agora não faz sentido. Nós temos uma produção significativa, crescente, com uma produção de qualidade, e quero aqui, me juntar ao deputado Fábio Souto que tem defendido isso, a todos os deputados da nossa

região, e o que temos que fazer? Nos juntarmos aos deputados federais, deputado Fábio Souto, no sentido de irmos ao ministro da Fazenda, à ministra da Agricultura, como propôs aqui o deputado Eduardo Sales, para que façamos uma grande intervenção em Brasília, no sentido de impedir que se faça uma importação de cacau, e pior, uma importação de um cacau produzido a partir de trabalho escravo, a partir de trabalho infantil, o que acontece em alguns países que mandam o cacau para cá.

Nós precisamos garantir que essa nossa produção seja, realmente, revitalizada.

Quero aqui dizer que hoje fizemos uma bela audiência pública, onde eu fiquei extremamente orgulhoso de ver o diretor da Ceplac, porque fomos nós, aqui, e esse deputado que está aqui na Tribuna, que fizemos, junto com o deputado Leur Lomanto, com o deputado Pedro Tavares, com o deputado Zé Raimundo, trabalhamos uma redação para, na nova Lei Ambiental do Estado da Bahia, pudesse, numa regulamentação agora do Inema, garantir que se possa fazer o manejo, e que a gente possa, inclusive, ter um ativo financeiro da floresta, para que possamos, realmente, criar o aumento da produtividade do cacau e garantir que essa cultura, realmente, restabeleça o poder, a economia na nossa região, meu querido Adolfo Viana. E quero agradecer a sua intervenção, hoje, lá no Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 2 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, eu pedi para voltar à Tribuna, primeiro para fazer um convite a esta Casa e a todos que estão aqui na assistência, sobre uma audiência pública nossa, na quinta-feira, dia 03, às 14 horas, no Plenarinho desta Casa, aonde vamos fazer um debate sobre o nosso projeto de lei que proíbe o uso de imagens eróticas, pornográficas na publicidade.

Eu sei que vão aparecer os que dizem que é inconstitucional, por isso quero dizer que esse projeto vem regulamentar a nossa Constituição Estadual, que no capítulo XIX, do Direito da Mulher, diz no Art.281: *“É responsabilidade do Estado estabelecer política de combate à prevenção à violência contra a mulher que incluirá os seguintes itens: capítulo 280, que o Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã, com igualdade de condições com o homem, objetivando impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher, reforçando a discriminação sexual e racista”*.

E a gente precisa entender isso, eu estou já fazendo aqui a vacina, porque a gente sabe que qualquer projeto que vem beneficiar o respeito à dignidade da mulher, aparecem sempre esses argumentos machistas que não têm cabimento.

E aí eu quero pedir o apoio das mulheres da sociedade, dos movimentos organizados. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas nunca aceitaram essa história de usar a imagem da mulher, principalmente a mulher

seminua, a imagem da mulher nos rebaixando a objeto, à mercadoria. Para você vender uma cerveja você precisa ter o corpo da mulher seminua, para você um tênis, para você vender qualquer produto.

Então, nós estamos lançando uma campanha e estamos pedindo o apoio desta Casa para que esse projeto seja aprovado, para impedir que a sociedade, que o mercado publicitário respeite a mulher não só como um corpo bonito, mas respeite a nossa dignidade, a nossa inteligência, porque nós não somos mercadoria, como dizem as feministas aí na sua luta.

(Palmas.)

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação projeto de lei nº 21.293/2015, de procedência do Poder Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a marcasse os 15 minutos regimentais para que a gente pudesse convidar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui nesse momento, porque nós vamos votar um projeto importante. Esse projeto vai subsidiar, inclusive, a votação dele, que a gente possa analisar aqui e votar o projeto dos servidores da Justiça estadual, que o deputado Marcelo Nilo colocou aqui para que votássemos.

Então, eu queria ponderar, chamar os deputados e deputadas para que se façam presentes e pedir aqui aos deputados Sandro Régis e Zé Neto que, se fosse necessário, um tempo para que se possa tentar debater um pouco um acordo, que possamos tentar votar aqui por acordo, uma vez entendendo que esse projeto, inclusive, que trouxe a Secretaria da Fazenda, é um projeto onde não há divergências entre as partes.

Talvez seja um problema de redação. Então, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a marque os 15 minutos e chame os deputados, para que possamos fazer aqui a

chamada nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para votação no âmbito das comissões. Marque os 15 minutos. Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, em outras dependências desta Casa, na biblioteca, pesquisando, em todos os setores desta Casa, compareçam ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum no âmbito das comissões.

(Pausa.)

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo faz a chamada nominal, no âmbito das Comissões, dos Srs. Deputados)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Há quórum Srs. Deputados. Em votação no âmbito das Comissões.

O Sr. Sandro Régis: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: - Somente para registrar sobre essa questão de urgência, esse projeto do ICMS que o governo trouxe para esta Casa na sexta-feira, nem o Líder do governo, nem os técnicos da Secretaria da Fazenda sabiam do que se tratava. Foi a assessoria da Oposição quem mostrou o assunto do projeto.

Então, quero registrar a atrocidade que esta Casa comete mais uma vez, desrespeitando as Comissões, o valor dos deputados, ao votar um projeto que chegou aqui na sexta-feira e está sendo votado hoje. Porque nem os técnicos do governo sabiam do que se tratava o projeto. É uma irresponsabilidade votar esse requerimento de urgência no dia de hoje.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação o Projeto nº 21.293/2015, de procedência do Poder Executivo, no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, contra os votos da Oposição.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Sr. Presidente, para fazer um voto em separado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 10 minutos. Ele pediu vista e tem o direito de fazer suas considerações.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, talvez eu não precise desse tempo todo, mas acho essencial que o nosso voto em separado seja lido para que o plenário, os nossos pares, muitos dos que não conhecem o projeto, possam ter o conhecimento daquilo que está sendo apreciado nesta tarde, nesta Casa.

Por isso quero ler aqui. Apresentamos uma emenda ao projeto e o nobre relator desconsiderou a nossa emenda. Então, pedimos vistas e estamos apresentando este voto em separado que passo a ler agora. (Lê) *“Voto em separado, projeto de lei nº 21.293/2015, do Poder Executivo.*

'AUTORIZA A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL QUE INDICA'

A presente proposição tem por objetivo obter autorização legislativa para a alienação de imóvel, a título oneroso mediante leilão. O produto financeiro da alienação do imóvel indicado, será aplicado na capitalização do Funprev. O imóvel é de propriedade do Estado da Bahia, vinculado ao Funprev denominado 'Antigo Clube dos Aposentados e Pensionistas', situado na Rua Padre Silveira Sales, Piatã, Salvador.

Criado em 1998 para substituir o Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia - Iapseb, o Funprev passou, a partir de então, a se constituir como o fundo financeiro garantidor do regime próprio de previdência social dos servidores públicos de todos os poderes do Estado da Bahia.

Em 2007 com a edição da lei no 10.955, nasceu o Baprev, fundo financeiro garantidor dos servidores públicos do Estado da Bahia somente para aqueles que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008, restringindo o Funprev, desta forma e conseqüentemente, apenas aos demais servidores, ou seja, aqueles que tiveram ingresso no serviço público até 31 de dezembro de 2007. Naquela data já existia um desequilíbrio nas contas, como afirma o próprio governo na mensagem que encaminhou o projeto:

'É visando sanar esta situação que o governo do Estado da Bahia propõe a constituição de dois fundos de custeio: um previdenciário, o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - Baprev, totalmente capitalizado, e um financeiro, o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - Funprev, que contará com uma conta capitalizada, voltada para os valores repassados em razão da compensação financeira entre regimes, além de uma outra conta sob o sistema financeiro de repartição simples ou de caixa'.

Só que isto não foi cumprido, pois desde 2009, os recursos depositados nesta conta capitalizada, que seria uma forma de poupança, destinada a capitalização do mesmo, e o seu equilíbrio financeiro e atuarial, vem sendo utilizado pelo governo, para o pagamento das despesas mensais do Fundo.

Ora, os recursos do Funprev são constituídos, basicamente, da contribuição de servidores e da contribuição patronal, além da compensação financeira decorrente do encontro de contas entre o regime próprio e o INSS, referentes aqueles servidores que contribuíram, para o Sistema Nacional de Previdência Social - INSS. Com o impedimento de ingresso no Funprev de novos servidores, seus maiores contribuintes, o desequilíbrio só tende a aumentar. Pois, chegará um momento em que o número de inativo será maior do que o de ativos.

O Governo do Estado vem ano a ano buscando paliativos para resolver o problema deste desequilíbrio, como por exemplo a utilização de recursos de royalties, com a operação cessão de créditos ao Banco do Brasil, com a antecipação desta receita até 2018, e mais recentemente os depósitos judiciais.

Mas a situação continua desequilibrada, o que não é novidade, pois é desnecessário aqui dizer que países e estados que atravessaram ou atravessam

enormes desequilíbrios financeiros, com graves prejuízos principalmente aos servidores públicos ativos e inativos, chegaram a tal situação após percorrerem caminhos...”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a me permite? Gostaria de propor a prorrogação da sessão por 600 minutos.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Agradeço a compreensão de V.Ex^a.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Pois não, Sr. Presidente.

(Lê) *“hoje trilhados por nosso Estado e que conta com a lamentável cumplicidade silenciosa da sociedade e do legislativo.*

A proposta em votação é mais uma fonte de receita para o FUNPREV, mas o produto financeiro oriundo da alienação do imóvel, apesar do Governo afirmar 'será aplicado na capitalização do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV', não será depositado na conta de capitalização do fundo, como seria o correto, ou seja na conta poupança criada em 2007, será utilizado no pagamento de despesas. Por este motivo que apresentamos a emenda n° 01 objetivando que: 'O produto financeiro resultante da alienação do imóvel indicado, será creditado em conta distinta porém, integrante do Fundo Financeiro para que seja capitalizado, ficando a sua utilização condicionada ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREV, podendo ser antecipada, mediante prévia e expressa autorização do CONPREV, após decorridos 05 (cinco) anos da vigência desta Lei'. Opino pela aceitação da emenda, pois os servidores públicos do Estado da Bahia merecem ser respeitados e terem seus benefícios garantidos.

Ante o exposto, considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais legais, opino pela aprovação do projeto com a aceitação da emenda acima citada.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2015.

Deputado Luciano Ribeiro (DEM)”

Este é o voto em separado. Portanto, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, a nossa preocupação prende-se ao fato de que o governo não vem buscando meios definitivos e efetivos para a solução do déficit previdenciário. O governo vem buscando paliativos usando os depósitos judiciais e antecipando os recursos dos royalties. Agora, vendendo imóvel, amanhã certamente outro projeto virá aqui para vender sabe-se lá o quê para que o governo cumpra com os compromissos com os servidores decorrentes da sua falta de gestão, da sua falta de planejamento.

Espero que os nobres pares possam entender que o que está em jogo é o patrimônio atual e futuro de todos os servidores públicos do Estado da Bahia e de todos os poderes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, fica registrado o voto em separado do deputado Luciano Ribeiro.

Em votação única e discussão o Projeto de Lei 21.293/2015, que autoriza a alienação do imóvel público e indica.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam...

O Sr. Sandro Régis:- Quero recomendar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, desculpe, deputado. Como recomenda a sua Bancada, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Primeiro, quero dizer aqui aos servidores públicos do Judiciário que a Bancada de Oposição não irá obstruir esse projeto para que o de vocês fosse votado hoje. Estamos abrindo mão de um sentimento da Bancada, de obstruir o projeto, em detrimento da importância de se votar o projeto de vocês, hoje. (Palmas.)

Mas quero dizer aqui, Sr. Presidente, quero aqui registrar que a Bancada votará contra porque nós entendemos que esse projeto é uma farsa. Esse projeto não tem nada de Funprev. O que o governo quer é passar a mão no dinheiro. Porque se o governo tivesse interesse de capitalizar o Funprev, atenderia a emenda do deputado Luciano Ribeiro, que diz: “que o dinheiro ficaria até 5 anos aplicado no fundo, para capitalização do fundo.” Iremos votar contra. Iremos abrir mão da obstrução, para atender aos servidores públicos do judiciário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro gostaria muito de agradecer a V. Ex^a, deputado Sandro Régis; porque, apesar de estar aqui há 25 anos, e ser mais experiente do que V. Ex^a, cada vez mais aprendo com V. Ex^a. Parabéns!

Em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado, contra os votos da Oposição presentes: deputado Pedro Tavares, deputado Luciano Ribeiro, deputado Sandro Régis, deputado José de Arimatéia, deputado Adolfo Viana, deputado Luciano Simões Filho, deputado Sidelvan Nobrega, deputado Pablo Barrozo, deputado Fábio Souto, deputado Herzem Gusmão, deputado Carlos Geilson, deputado David Rios, deputado Soldado Prisco e o deputado Marcel Moraes, deputado Leur. Portanto foi aprovado por maioria... Aí eu vou para o computador, se for marcar, foi por maioria, ninguém pediu quorum deputado... Aí V. Ex^a não está confiando no seu presidente que contou, nominalmente, os votos, um por um, na presidência.

PROJETO DE LEI Nº 21.293/2015

Autoriza a alienação do imóvel público que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado da Bahia autorizado a alienar, a título oneroso e mediante leilão, o imóvel de propriedade do Estado da Bahia, vinculado ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, denominado “Antigo Clube dos Aposentados e Pensionistas”, situado na Rua Padre Silveira Sales, Piatã, Salvador, Bahia, cadastrado no Sistema de Controle de Bens Imóveis - SIMOV sob o nº 6468, descrito como áreas contíguas devidamente registradas perante o Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Salvador, Bahia, sob as matrículas nºs 26.797, 23.724 e 34.098, cujas poligonais se encontram no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O produto financeiro oriundo da alienação dos imóveis indicados no artigo anterior será aplicado na capitalização do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, conforme disposto no art. 47 da Lei nº 7.249, de 07 de janeiro de 1998.

Art. 3º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB DIRETORIA DE PATRIMONIO - DPA/SSA

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Objeto: Unificação de Matrícula do Antigo Clube dos Aposentados e Pensionistas.

Localização: Rua Padre Silveira Sales, Nº 05.

Bairro: Piatã

Município: Salvador - Bahia.

Proprietário: Secretaria da Administração - SAEB

Área = 5.574,25m²

Perímetro = 342,2025m

L I M I T E S E C O N F R O N T A Ç Õ E S

NORTE: com RUA DA FAUNA

LESTE: com RUA PADRE SILVEIRA SALES
SUL: com AVENIDA OCTÁVIO MANGABEIRA
OESTE: com RESIDÊNCIA Nº 03 e EDF. RESIDENCIAL MIRANTES DE JAGUARIBE

METODO DO LEVANTAMENTO:

Levantamento em Real Time Kinematic (RTK) Levantamento de alta precisão com correção de pontos em tempo real.

EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

GNSS – TOPCON HIPER V Geodésico L1/L2 RTK

- Precisão de 3 mm a 1cm + 0,1 ppm

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto V01 de coordenadas N 8.567.338,5970 m e E 565.427,2388 m, com azimute de 62°55'36,7", distância de 32,94 m; Sistema UTM e meridiano central 39°, SAD 69, situado na RUA DA FAUNA, até o ponto V02, de coordenadas N 8.567.353,5888 m e E 565.456,5693 m, com azimute de 64°13'58", distância de 24,498 m; confrontando neste trecho com a RUA DA FAUNA, até o ponto V03, de coordenadas N 8.567.364,2384 m e E 565.478,6312 m, com azimute de 82°25'7,8", distância de 2,346 m; confrontando neste trecho com a RUA DA FAUNA, até o ponto V04, de coordenadas N 8.567.364,5480 m e E 565.480,9571 m, com azimute de 107°20'26", distância de 5,464 m; confrontando neste trecho com a RUA DA FAUNA, até o ponto V05, de coordenadas N 8.567.362,9194 m e E 565.486,1729 m, com azimute de 128°17'42,2", distância de 4,061 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V06, de coordenadas N 8.567.360,4025 m e E 565.489,3605 m, com azimute de 142°16'49,5", distância de 6,905 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V07, de coordenadas N 8.567.354,9409 m e E 565.493,5847 m, com azimute de 155°3'52,8", distância de 5,041 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V08, de coordenadas N 8.567.350,3702 m e E 565.495,7097 m, com azimute de 180°25'18,2", distância de 2,40 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V09, de coordenadas N 8.567.347,9702 m e E 565.495,6921 m, com azimute de 190°13'8,3", distância de 42,87 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V10, de coordenadas N 8.567.305,7799 m e E 565.488,0864 m, com azimute de 266°1'15,2", distância de 0,998 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V11, de coordenadas N 8.567.305,7106 m e E 565.487,0906 m, com azimute de 322°20'30,2", distância de 0,577 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V37, de coordenadas N 8.567.306,1673 m e E

565.486,7382 m, com azimute de $198^{\circ}39'45,3''$, distância de 3,724 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V12, de coordenadas N 8.567.302,6390 m e E 565.485,5465 m, com azimute de $186^{\circ}38'21,8''$, distância de 5,938 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V77, de coordenadas N 8.567.296,7408 m e E 565.484,8600 m, com azimute de $92^{\circ}20'15,6''$, distância de 1,449 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V13, de coordenadas N 8.567.296,6818 m e E 565.486,3074 m, com azimute de $152^{\circ}56'55,8''$, distância de 0,729 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V14, de coordenadas N 8.567.296,0327 m e E 565.486,6389 m, com azimute de $173^{\circ}23'25,2''$, distância de 1,03 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V15, de coordenadas N 8.567.295,0096 m e E 565.486,7574 m, com azimute de $189^{\circ}5'30,5''$, distância de 33,593 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V16, de coordenadas N 8.567.261,8389 m e E 565.481,4492 m, com azimute de $190^{\circ}41'37,9''$, distância de 1,426 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V17, de coordenadas N 8.567.260,4373 m e E 565.481,1845 m, com azimute de $199^{\circ}18'38,3''$, distância de 2,439 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V18, de coordenadas N 8.567.258,1358 m e E 565.480,3781 m, com azimute de $204^{\circ}36'2,2''$, distância de 1,326 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V19, de coordenadas N 8.567.256,9301 m e E 565.479,8261 m, com azimute de $210^{\circ}18'18''$, distância de 1,687 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V20, de coordenadas N 8.567.255,4737 m e E 565.478,9748 m, com azimute de $214^{\circ}14'43,3''$, distância de 0,985 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V21, de coordenadas N 8.567.254,6594 m e E 565.478,4205 m, com azimute de $213^{\circ}51'59''$, distância de 1,067 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V22, de coordenadas N 8.567.253,7733 m e E 565.477,8258 m, com azimute de $221^{\circ}5'1,9''$, distância de 1,077 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V23, de coordenadas N 8.567.252,9617 m e E 565.477,1182 m, com azimute de $223^{\circ}49'46,2''$, distância de 1,737 m; confrontando neste trecho com a RUA PADRE SILVEIRA SALES, até o ponto V24, de coordenadas N 8.567.251,7087 m e E 565.475,9154 m, com azimute de $230^{\circ}15'4''$, distância de 20,381 m; confrontando neste trecho com a AVENIDA OCTÁVIO MANGABEIRA, até o ponto V25, de coordenadas N 8.567.238,6768 m e E 565.460,2455 m, com azimute de $252^{\circ}11'20,3''$, distância de 5,179 m; confrontando neste trecho com a AVENIDA OCTÁVIO MANGABEIRA, até o ponto V26, de coordenadas N 8.567.237,0926 m e E 565.455,3146 m, com azimute de $144^{\circ}7'10,9''$, distância de 1,935 m; confrontando neste trecho com a AVENIDA OCTÁVIO MANGABEIRA, até o ponto V27, de coordenadas N 8.567.235,5250 m e E 565.456,4485 m, com azimute de $231^{\circ}51'40,2''$, distância de 7,501 m; confrontando neste trecho com a AVENIDA OCTÁVIO MANGABEIRA, até o ponto V28, de

coordenadas N 8.567.230,8928 m e E 565.450,5491 m, com azimute de 341°40'18,2", distância de 5,431 m; confrontando neste trecho com a RESIDÊNCIA Nº 03, até o ponto V29, de coordenadas N 8.567.236,0488 m e E 565.448,8411 m, com azimute de 340°26'7,0", distância de 6,949 m; confrontando neste trecho com a RESIDÊNCIA Nº 03, até o ponto V30, de coordenadas N 8.567.242,5968 m e E 565.446,5140 m, com azimute de 340°26'7,0", distância de 10,00 m; confrontando neste trecho com a RESIDÊNCIA Nº 03, até o ponto V31, de coordenadas N 8.567.252,0195 m e E 565.443,1653 m, com azimute de 340°26'7,0", distância de 18,263 m; confrontando neste trecho com a RESIDÊNCIA Nº 03, até o ponto V32, de coordenadas N 8.567.269,2284 m e E 565.437,0494 m, com azimute de 340°30'40,5", distância de 13,747 m; confrontando neste trecho com a RESIDÊNCIA Nº 03, até o ponto V33, de coordenadas N 8.567.282,4760 m e E 565.433,3783 m, com azimute de 47°52'25,8", distância de 18,497 m; confrontando neste trecho com o EDF. RESIDENCIAL MIRANTES DE JAGUARIBE, até o ponto V34, de coordenadas N 8.567.294,8831 m. e E 565.447,0969 m, com azimute de 335°34'8,2", distância de 48,013 m; confrontando neste trecho com o EDF. RESIDENCIAL MIRANTES DE JAGUARIBE, fechando no ponto V01 um polígono que abrange uma área de 5.574,25 m². As coordenadas aqui descritas estão georreferenciada ao Sistema de Referencia Cartográfica da Região Metropolitana de Salvador - SRC/RMS e o Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da Estação de Referência MR00047, CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), de coordenadas N 8.567.219,649 m e E 565.487,893 m, LAT. -12°57'35,5359" e LONG. -38°23'43,3479", e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano topográfico local.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Requerimento do deputado Zé Neto que leva o nº 8.490/2015, que requer nos termos do art.174, inciso II do Regimento Interno desta Casa, urgência para tramitação do projeto de lei nº 21.434/2015 de autoria do Poder Executivo, que disciplina a participação do Estado da Bahia nos Consórcios Interfederativos de Saúde nos termos da lei federal nº 11.107.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar a votação, deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Como o deputado Pablo Barrozo tratou deste assunto hoje com a secretaria, eu vou me ausentar do Plenário, ele irá me substituir como vice-Líder da Oposição para encaminhar o projeto

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, na realidade não poderia, mas vou fazer uma deferência a V. Exª. Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, *TV*

Assembleia, imprensa, galerias aqui presentes. Nós tivemos a oportunidade de tratar desse projeto de lei, hoje, com o secretário de Saúde do Estado, o Sr. Fábio Vilas Boas. Alguns deputados da Oposição participaram, a sua maioria, e tínhamos vários questionamentos, deputada Fabíola, V. Ex^a que é uma deputada aqui militante da área de saúde; deputado José de Arimatéia, vários requerimentos, V. Ex^a que participou hoje da audiência com o secretário Fábio, no sentido de dar maior visibilidade, maior transparência aos atos prestados por um futuro consórcio entre os entes federados, no caso os municípios e Estado. Precauções, no sentido de se tomar as diversas medidas para que se obedecesse a lei federal que rege os consórcios interfederativos, a Lei 11.107/2005 e que se regulamentasse prazos determinados para os consórcios; oportunidade para o prefeito consorciado, se tiver insatisfeito com o seu consórcio, deputados Luciano Ribeiro e Hildécio, que hoje fizeram inúmeras perguntas ao Secretário Fábio, com relação a esse projeto, requerimentos, questionamentos foram feitos, no sentido de tornar, dar prazos determinados aos consórcios, fazer com que eles tenham licitação para que seja preservada a lisura, a publicidade, que o Tribunal de Contas do Estado tenha a oportunidade, e que seja determinado isso no projeto de lei, de acordo com todas as leis que hoje são vigentes no País; de, sempre que necessário, pegar as contas relacionadas ao consórcio e auditar, uma série de medidas e de questionamentos foram feitos.

Toda a Oposição, presidente, todos os deputados da Oposição, na sua unanimidade, são favoráveis aos consórcios públicos interfederativos, o que não se pode é, através desse projeto de lei, deputado Hildécio, criar uma autarquia que vai gerir o dinheiro público, dinheiro do Estado, dinheiro dos municípios, sem as devidas barreiras legais, para que no futuro, não haja o infeliz desvio de dinheiro público por parte do município, do Estado ou de qualquer ente consorciado, futuro, que por falta de uma lei precisa, estabelecida, rígida, bem escrita e aprovada por todos nós, venha a atrapalhar todo o processo legal do consórcio.

Trago a vocês, colegas, essa preocupação porque, infelizmente, quando se institui uma autarquia que cuida de dinheiro público e não estabelece a ela, por exemplo, e hoje foi questionado pelo deputado Hildécio, a questão da licitação que não estava implícita no projeto de lei, você deixa o projeto que está aí para votarmos, vazio, vulnerável a qualquer tipo de malfeito público, por algum gestor desse consórcio. Quero pedir aos amigos que votem e deveríamos discutir esse projeto melhor nas comissões e aí sou contra esse regime de urgência, deputado Zé Neto, porque ele é sobre um assunto por demais interessante, esperado pela Bahia, pelos prefeitos, pelo Estado, por nós, deputados, que somos os representantes deles, mas poderíamos discutir mais. Hoje, tivemos um avanço porque o secretário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Para concluir, meu querido amigo deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) Para concluir presidente, hoje tivemos um avanço porque o secretário nos ouviu e fizemos diversas emendas supressivas, aditivas e modificativas com o apoio da liderança da Oposição, com o fim de sanar

essas dúvidas, essa abertura, digamos assim, essa frouxidão do projeto de lei inicial que estava nesta Casa, para, no futuro, quando formos votá-los com essas emendas, possamos votar um projeto de lei que dê segurança jurídica ao Estado e aos municípios, para que seja administrado o dinheiro público de uma forma que a lisura predomine.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Galeria, aqui presentes, mais uma vez o governo quer passar o rolo compressor aqui e votar diversos projetos importantes, de interesse da sociedade, sem a devida discussão.

Está aqui esse projeto, importantíssimo, que foi relatado pelo deputado Pablo Barrozo agora. O projeto que cuida dos consórcios interfederativos de saúde, um projeto de vital importância para a sociedade, porque a saúde pública é vital para a sociedade. Mais uma vez, o governo não discute.

Chega outro projeto a esta Casa, sobre as operações relativas ao ICMS dos transportes interestadual e intermunicipal. E, mais uma vez, o governo não discute. O governo quer passar, como sempre, como já virou praxe, o rolo compressor, deixando de valorizar o Parlamento e as comissões que são tão importantes para esta Casa.

Ainda hoje, tivemos na Comissão de Agricultura uma importante discussão sobre a lavoura cacaueira, sobre as dificuldades que essa lavoura tem passado. E o governo quer acabar com essas comissões, passar o rolo compressor e não discutir com a sociedade, deputado Zé Neto, temas importantes para a sociedade.

Mais uma vez, venho mostrar o meu repúdio a esse tipo de atitude que não valoriza o nosso Parlamento estadual.

Então, deputado Zé Neto, espero que V.Ex^a, como Líder do governo, comece a colocar esses projetos no seu trâmite normal, passando pelas comissões, discutindo com os parlamentares, com a sociedade. Isso é de fundamental importância.

Mas, essa é a forma de praxe, que o governo utiliza de passar por cima das discussões e passar o rolo compressor. É um governo que não está antenado com a sociedade.

Veja, deputado Zé Neto, o que tem ocorrido aqui no nosso Estado, com relação à segurança pública. Vários e vários assaltos, explosões a bancos. Enfim, uma violência generalizada. Tanto faz ser na nossa capital ou no interior da Bahia.

Este é o governo que aí está. Um governo que não dialoga, que não prioriza setores importantíssimos da sociedade, como eu disse em relação à saúde pública, em relação à segurança pública, que não prioriza a infraestrutura do nosso Estado, Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a que sempre coloca e faz um diagnóstico correto da cidade de Vitória da Conquista.

É este o governo que faz muita propaganda, que diz na propaganda que está

tudo bem, tudo correto, às mil maravilhas. Na realidade, o povo está sofrendo com a saúde pública de péssima qualidade, com a educação pública de péssima qualidade, com a violência que tomou conta do nosso Estado, e com a infraestrutura precária.

Faço um alerta aqui. Voltei ontem da Estrada do Feijão, importante estrada do interior da Bahia que liga Feira de Santana a Xique-Xique, e que se encontra em péssimas condições, como grande parte das estradas baianas.

Quero fazer meu alerta ao governo, para que tome providências o mais rápido possível, porque do jeito que está aquela estrada, só fazendo a recuperação total, o que é muito mais caro, mais oneroso para os cofres públicos.

Fica, mais uma vez, o meu alerta aqui, ao governo, que se priorize a saúde, a segurança pública e a infraestrutura. E, que, nesta Casa, valorize o Parlamento, as comissões desta Casa, que se discuta projetos importantes, que chame a sociedade e os parlamentares para discutir, e só a partir daí, colocar em votação, depois de esgotadas as discussões e o debate em relação a esses projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, quero retomar o tema da falta de discussão de projetos nesta Casa virou lugar-comum. Insistentemente, e de olhos vendados, o governo ignora o processo democrático, o processo de construção das leis, o processo que torna este Parlamento a Casa de aperfeiçoamento, de criação e de transformação das políticas públicas.

Estamos diante de um impasse. A Oposição exigindo a participação do Parlamento nos projetos oriundo do Executivo. Impossibilitados de seguir o ritual constante no Regimento Interno, que é aquele próprio, necessário, e que dignifica o Parlamento. Qual seja: a tramitação dos projetos no âmbito das comissões. Nós da Oposição vamos vivendo como permite a Maioria desta Casa.

Hoje, tivemos um certo avanço. Não o ideal, porque o ideal é que se cumpra o Regimento. O Regimento é para ser cumprido. O Parlamento é para se discutir, é para se ter embates. Hoje, nesse projeto que se pretende ser votado – como todos os demais do Executivo –, de forma urgente e atropelando tudo e todos.

Tivemos com o secretário da Saúde no gabinete da Minoria. Pudemos conhecer um pouco – não deu para conhecer o todo – da intenção do governo com esse projeto. Nós o que queríamos, e pretendemos, meu caro deputado Robinho, que é presidente da Frente Parlamentar Municipalista, é proteger os municípios do que existe no Brasil, hoje, e que só os municípios pagam, que é a concentração de poder na União, e a concentração de obrigações no município.

Pudemos apresentar a esse projeto algumas situações que achamos pode melhorá-lo. Qual seja? O de que ele obedeça àquilo que os entes públicos precisam

obedecer. Ou seja, que as suas ações sejam feitas através de licitação. E não como consta no projeto, preferencialmente, através de licitações.

Outra melhoria que estamos tentando contribuir ao projeto, deputado Zé Neto, – V. Ex^a. que é o Líder do governo e que deverá apreciar as nossas emendas –, é com relação à cessão de pessoal do município ao consórcio. Nós queremos aprimorar para que só possa ceder, tanto município quanto o Estado, aqueles servidores que já tenham ultrapassado o prazo de estágio probatório nos quadros do ente público.

Ainda, para contribuir, nós da Bancada de Oposição traçamos algumas diretrizes, algumas regras para aquele município, deputado Robinho, – na Frente Municipalista precisamos discutir isso – que querem sair do consórcio, se nele houver ingressado. É preciso definir regras; é preciso definir como ele pode sair. E nós apresentamos essa contribuição, deputado Rosemberg Pinto.

Também, ali, numa contribuição da Oposição, definimos o que não está claro na lei, mas que é obrigação Constitucional: que os consórcios estejam submetidos à fiscalização de um dos Tribunais de Contas. Nós entendemos que o melhor seria o Tribunal de Contas do Estado.

Essas são algumas contribuições que demos ao projeto, mas que poderiam ser muito mais. Poderíamos construir uma lei e um consórcio – eu sou entusiasta dos consórcios municipais –, que fossem de forma confortáveis principalmente aos municípios tão sofridos. Mas o governo não permite; com a sua maioria esmagadora, com o seu rolo compressor, nesta Casa, e anula as discussões, as proposições e as construções que podem melhorar os projetos de lei.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, como toda Bancada de Oposição já se colocou, é inadmissível que o governo use o rolo compressor e torne esta a Casa homologadora do Executivo. Não respeita as comissões, em que todo debate pode ocorrer.

Várias vezes, nesta Casa, V. Ex^a, como presidente, colocou a importância do funcionamento das comissões. O que vemos são projetos encaminhados, de imediato, para o Plenário em regime de urgência sem passar pelas comissões. O governo não tem competência para trabalhar de forma antecipada e encaminhar os projetos em tempo hábil para discussão nesta Casa. Essa é uma rotina!

O Legislativo não pode se curvar diante do Executivo, aceitando essas manobras para votar projetos em regime de urgência, de forma assoberbada, atropelando os processos de discussão e debates. Isso é uma vergonha para uma Casa Legislativa composta por deputados eleitos para discutir os interesses do povo. É inadmissível que os projetos do Executivo cheguem aqui para serem votados de

forma assoberbada, sem nenhuma discussão.

É um verdadeiro absurdo o que o governo do Estado vem fazendo. Provando que a propaganda de televisão é uma farsa, porque mostra um governo democrático que quer discutir e dialogar com a população. Mas encaminha um projeto de lei que não admite nenhuma discussão.

Com a nossa categoria, a Polícia Militar, o governo não discute, não dialoga. Temos um acordo firmado, mas o governo não cumpre! Demite policiais, ciente que isso traz um dano terrível para o Estado. Este é o governo democrático? Esse é o governo que engana e massacra os servidores públicos.

O governo está encaminhando para esta Casa os projetos do Planserv e do Funprev que é um verdadeiro arrepio para os servidores do Estado. Quando esses projetos chegarem, nesta Casa, espero que os servidores lotem esta Casa. Faremos essa convocação, porque esses dois projetos são danosos para a nossa categoria. Esses projetos vão chegar a esta Casa atropelando, sem nenhuma discussão, e trarão um dano terrível a nossa categoria.

O Planserv, no interior da Bahia, não serve. O governo alega uma inadimplência que não existe nesse plano. O atendimento do Planserv é péssimo no interior da Bahia. E, agora, o Planserv terá um aumento de 10%. Um verdadeiro absurdo!

O projeto do Funprev prevê a retirada de direitos garantidos aos servidores e pensionistas. Isso cairá como uma bomba nesta Casa.

Espero que o governo do Estado tenha um pouco de sensibilidade e respeito por aqueles que construíram esse governo. Ele tanto falou que comeu poeira; comeu sal e agora teria espaço para debates. Mas isso não vem ocorrendo.

Se existe uma categoria de trabalhadores, neste governo, que vem sendo massacrada, nos últimos anos, são os servidores públicos do Estado de todos segmentos, saúde, educação, segurança pública e o Poder Judiciário.

Este é um governo que não quer dialogar com os sindicatos. Os sindicatos estão nas mãos do governo, ele coloca no bolso e eles agem como uma pelegada total como vimos na campanha eleitoral.

A sociedade baiana tem que tomar ciência de fatos que vem ocorrendo no Estado por conta de um governo que não dialoga, nem quer debater com a categoria dos servidores. Ele sempre chega, nesta Casa, com um projeto para utilizar o rolo compressor para ser votado da forma como o governo quer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento.

Em votação!

Como recomenda sua bancada, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, antes de encaminhar, gostaria que V. Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação, para esse requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a marcasse o tempo regulamentar de 25 minutos para que, caso não tenhamos quórum, possamos recompor e mandasse zerar o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

Zere o painel e marque 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Robinho até completar o quórum. Mas antes, Srs. Deputados, marquem as presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO:- Obrigado, Sr. Presidente. Boa-tarde colegas deputados, como presidente da Frente Parlamentar, ouvindo as palavras do meu colega Luciano, quero dizer a todos vocês que os municípios estão cansados de receber presentes de grego. São os PSFs que são deficitários; as UPAs que são deficitárias. Enfim, todos os programas de saúde que são destinados aos municípios são deficitários.

Tenho aqui colegas que foram prefeitos, meu amigo Luciano, Hildécio, que são acostumados e viveram a questão dos presentes de grego que os municípios receberam. Todos sabem que sou da Base do Governo, mas antes de ser da Base do governo sou municipalista e defendo os interesses dos municípios que vivem o problema, onde o povo está na porta do prefeito, principalmente nas cidades de pequeno porte.

Então quero parabenizar o pronunciamento do deputado Luciano com relação à transparência dos consórcios. Por que não a transparência? Então temos que trabalhar em momentos que a política vive num descaso, num desgaste muito grande, temos que procurar ser bem transparentes em nossos atos e em nossas atitudes. Quero parabenizar aqui o colega Luciano pelo seu pronunciamento.

Quero dizer que sou favorável, sim, aos consórcios. Agora, de forma que não venha prejudicar os municípios, porque os municípios, repetindo, estão cansados de receber presentes de grego. São as UPAs, PSFs... Inclusive os consórcios vão manter os municípios com a exigência de manter os PSFs, de manter os hospitais. Fica uma pergunta: será que os municípios que já não aguentam manter a política de saúde, manter os hospitais, os PSFs e agora terão que pagar uma contrapartida pelo consórcio?

Fiz uma emenda nesse projeto em que o comprometimento dos municípios, com o consórcio, será de, no máximo, 50%. Vejo que com a crise e as dificuldades financeiras o município pagar mais que no projeto é 60%, isso dificulta o funcionamento e já dificulta para que os municípios possam sobreviver com essa

política de saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum, porque o deputado Sandro Régis não...

Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINHO:- Meus amigos, agradeço ao Sr. Presidente pela oportunidade e quero dizer que sou, sim, favorável aos consórcios. Mais de forma que não prejudique os municípios de uma forma transparente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum, mas dou a questão de ordem ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, agradeço a atenção de V.Ex^a. Serei rápido, só estou pegando uma carona no pronunciamento do deputado Robinho quando ele fala em transparência. Quero solicitar do Presidente e da Mesa Diretora que aprecie o encaminhamento feito pelo deputado Leur Lomanto; já foi feito pela Bancada de Oposição, Presidente, mas gostaríamos ter acesso aos contratos do DETRAN. Tem um requerimento do deputado Leur Lomanto para ser aprovado pela Mesa Diretora. Não acho razoável que estejamos aqui há mais de 100 dias pedindo ao superintendente Maurício Bacelar que encaminhe os contratos do DETRAN para esta Casa, e não tenhamos acesso à esses contratos.

Gostaria de solicitar que a Mesa Diretora fizesse valer a sua força junto ao DETRAN para que possamos ter acesso a esses contratos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Deputado, levei inclusive o projeto para ser votado, mas só haviam cinco deputados. Vou votar quando tiver os nove. Faço um apelo aos Srs. Deputados que, na próxima reunião da Mesa, participem para que eu possa botar para votar. Vou botar para votar, agora, que seja com quórum qualificado, porque como quatro deputados fica uma coisa... Inclusive hoje o deputado Leur Lomanto lembrou que o deputado Adolfo Menezes estava em Campo Formoso, então não podia participar. Na próxima votação, eu vou ligar pessoalmente para cada deputado, os nove da mesa, para que participem, e colocarei em votação esse Requerimento do Líder da Oposição.

Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado contra os votos dos deputados de oposição presentes. Deputados Augusto Castro, Pablo Barrozo, Adolfo Viana, José de Arimatéia, Alan Sanches, Sidelvan Nóbrega, Luciano Simões Filho, Hildécio Meireles, Pedro Tavares, Fábio Souto, Luciano Ribeiro, Leur Lomanto Júnior.

Portanto, foi aprovado pela maioria de votação. Deputado Prisco também. Todos os deputados de oposição mais o deputado Alan Sanches. Mas por enquanto está na Base do Governo.

Vou botar o projeto do Poder Judiciário logo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Projeto do Poder Judiciário: (Lê) “*Projeto de Lei PL 21.404/2015, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.'*”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.404/2015, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.'*”

O projeto que ora venho relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, propõe o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia no exercício de 2015.

O reajuste proposto é da ordem de 3,5% a partir de 1º de setembro de 2015, retroativo a março de 2015, e 2,812% a partir de 1º de novembro de 2015.

Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse dos servidores do Poder Judiciário, porquanto se destina a estabelecer recomposição da sua remuneração em decorrência da inflação ocorrida ao longo de 2013, cabendo ressaltar ainda que a proposta foi elaborada 'com observância dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme estudo de impacto orçamentário que segue em anexo', segundo registra o ofício do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça. O referido estudo de impacto orçamentário aponta um incremento de R\$ 43.798.137,00 no presente exercício.

Ainda segundo o Presidente do Poder Judiciário, 'o projeto de lei constou da previsão de despesa com pessoal da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2015'. Ressalta, também, Sua Excelência, no Ofício nº 527/2015 encaminhado a esta Casa, que 'após medidas de contenção implementadas neste Tribunal e a publicação da receita do primeiro bimestre do segundo quadrimestre do presente exercício pela Secretaria da Fazenda do Poder Executivo, no dia 31/07/2015, foi possível uma avaliação mais precisa da realidade das finanças públicas estaduais pelas áreas técnicas deste Tribunal, concluindo pela viabilidade do envio do projeto de lei naqueles moldes, sendo que sua aprovação não representará extrapolação dos limites de gastos com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.'

Por fim, cabe registrar que acompanha o ofício acima citado uma declaração do Secretário de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça informando que,

quando da elaboração da LDO 2015, o TJ 'informou ao Poder Executivo a sua previsão de despesa de pessoal para o exercício financeiro do mesmo ano', estando incluída, na previsão, 'entre outras despesas, as decorrentes do Ajuste Linear dos servidores deste Poder, em atendimento aos exatos termos da norma insculpida no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.'

A proposição não recebeu emendas dos Parlamentares desta Casa. Considerando que o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, e considerando ainda que, dos servidores públicos do Estado da Bahia, apenas os do Poder Judiciário não foram contemplados com o reajuste dos vencimentos no presente exercício, opino pela sua aprovação, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de colocar em votação, lembro aos Srs. Deputados que esse projeto será votado em dois turnos. Votamos o primeiro agora e posteriormente votaremos o segundo. Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do nobre deputado Joseildo Ramos. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No plenário, em primeira votação o projeto do Poder Judiciário, PL 21.404/2015 que reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 21.404/ 2015

Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento básico dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal e dos cargos comissionados do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e as vantagens pessoais incorporadas em valor nominal, ficam reajustados em 3,5% (três vírgula cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2015, retroativo a

março de 2015, e 2,812% (dois vírgula oitocentos e doze por cento), a partir de 1º novembro de 2015.

Parágrafo único. Os percentuais de reajustes dispostos neste artigo serão aplicados sobre os valores de vencimentos, vantagens, e cargos em comissão vigentes em março de 2015 e outubro de 2015, respectivamente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, que serão suplementadas, se insuficientes, respeitado o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observados os efeitos financeiros previstos no art. 1º desta Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Impacto para Concessão do Reajuste Linear para 2015

REAJUSTE LINEAR 6,41%	Impacto	% / RCL
Concessão de reajuste Linear 3,5% a partir de setembro retroativo à março e 2,812% a partir de novembro, sem considerar o PCS	43.798.137	0,17

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento do deputado Zé Neto que leva o número 8.492 e pede urgência para tramitação do Projeto de Lei 21.469/2015 que altera a lei de 714 de 4/12 de 1996.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, se alguém que estivesse nas galerias saísse por algum instante e retornasse a esta Casa, sentando-se ali novamente, certamente, ao ouvir a nossa fala que se inicia agora, iria imaginar que repetimos o mesmo discurso todos os dias, todas as horas e que hoje tanto se falou nesta Casa. O governo mais uma vez passa e quer passar por cima de nós parlamentares o seu rolo compressor. Duvido, deputado Adolfo Viana, que 90%

dos deputados saibam ao menos do que se trata esse projeto que se vai votar a urgência agora. Um projeto, deputada Fabíola, que mexe diretamente com os cofres dos municípios baianos, pois deles retira quantia significativa do seu ICMS. Se não bastassem as combalidas contas municipais decorrentes da péssima divisão dos recursos no pacto federativo em que a concentração de riqueza fica com a União e em que as políticas públicas são exercidas e executadas pelos municípios, o governo não cansa de colocar nas costas dos municípios, dos senhores prefeitos que os deputados aqui buscam o seu voto, o seu apoio.

O governo, mais uma vez, caro deputado Sidelvan Nóbrega, de forma atropeladora, de forma que a sociedade e os prefeitos não tomem conhecimento de que se está tirando dos cofres municipais, e falo, principalmente, dos pequenos municípios, com esse projeto de lei que se encontra aqui neste instante, que querem a urgência, para que ele não tenha tempo de ser divulgado, quer retirar 2% da receita do ICMS dos cofres dos municípios.

Os municípios que já se encontram com folha de pagamento em atraso; os municípios que já se encontram sem poder honrar os seus compromissos com educação, com saúde, com infraestrutura e que sofrem na segurança pública por ter que suplementar aquilo que seria obrigação do Estado, com a sua falta de recursos, a sua falta de dinheiro para poder então complementar as ações do Estado na área da segurança pública.

Esse projeto, meu caro Rangel, que no seu corpo e na sua quase inteireza, é um projeto que propus, delegado que fui pelo Líder da Oposição, ao Líder Zé Neto de votar sem formalidades e por acordo de lideranças se retirasse esse artigo. Porque na sua quase inteireza é um projeto que vem preservar as contas do Estado da Bahia, e isso queremos votar. Nós queremos dar sustentabilidade ao governo do Estado da Bahia nas suas contas, para que ele não perca, como está a perder, recursos oriundos de produtos que são comprados em outros Estados. Mas o Líder Zé Neto, meu caro Líder Rosemberg, acaba de me comunicar que o governador do Estado diz que não vai tirar; na sua essência não vai tirar.

Então isso está a atingir o coração dos municípios baianos, o coração daquilo, meu caro Marcell, que...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Qual o tempo que tenho?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Segundo o seu Líder, 5 minutos. Vinte minutos para os quatro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Ah, então tá.

Então quero concluir dizendo que isso é mais um atropelo nas relações do Executivo com esta Casa parlamentar e que não podemos aceitar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Augusto

Castro, para discutir, por 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, funcionários do Poder Judiciário do Estado da Bahia, quero saudar todos, destacar aqui hoje, Sr. Presidente, e parabenizar a Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa que conseguiu hoje mobilizar deputados da oposição e de governo, produtores de cacau da região Sul da Bahia, superintendente da Ceplac, diretora da Ebda, enfim, vários segmentos organizados, para discutir nesta Casa hoje uma pauta muito importante, que é a importação e exportação de cacau.

Todos nós sabemos a dificuldade hoje por que passa a Bahia com relação a esse processo de crescimento, primeiro, da produção. Eu quero destacar a importância da Ceplac, dos órgãos ligados à pesquisa dentro da Ceplac, a Cepec, e para a Bahia é um momento ímpar. O cacau hoje conseguiu crescer, deputado Paulo Rangel, sua produção no Estado. E conseguiu crescer também a expectativa da população do Sul da Bahia. Por isso destaco a importância deste evento aqui hoje, evento que não vai ficar só no papel. Deputado Sandro Régis, como produtor, participou também dessa discussão, além de vários deputados, como Adolfo, Leur, Pedro, que lá conheceram um pouco dessa realidade.

Sabemos que a produção do Brasil cresceu, não precisa importar cacau dos países da África. Precisamos, sim, de maior controle, existe uma preocupação dos funcionários do Ministério da Agricultura, dos fiscais desse Ministério, porque o governo federal quer terceirizar essa atividade de fiscais. Isso é muito ruim. Primeiro, perde-se a qualidade, deputado Fábio Souto, do trabalho que a Ceplac, junto ao Ministério da Agricultura, desenvolve.

Acho que esta Casa vai dar a sua contribuição e acho que devemos, sim, apresentar ao Governo da Bahia e à Desenbahia projeto para financiar agricultura e o cacau na nossa região. Acho que a Desenbahia tem a condição de alocar recursos. Claro que a maioria dos produtores que têm empréstimo com o Banco do Brasil – na sua totalidade 97% dos empréstimos de penhor está no Banco do Brasil – não têm capacidade de tomar mais recursos, até porque hoje a maioria desses produtores estão em dívida ativa na Procuradoria da Fazenda Nacional e não têm dinheiro para aplicar na cultura do cacau. Isso é muito importante.

Quero destacar a importância desse evento na Comissão de Agricultura desta Casa e acho que a Assembleia Legislativa pode dar uma excelente contribuição à produção e aos produtores do Sul da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem de Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Quero solicitar a verificação de quórum para a

votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, por gentileza, marque o tempo regimental de 25 minutos para, neste período, ajeitar o quórum se for necessário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Zerem o painel. Marquem 25 minutos. Srs. Deputados marquem as presenças.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui que hoje houve uma citação, nem me lembro quem foi o deputado, e que deixou dúvida com relação à atuação do deputado federal e ex- Secretário de Saúde Jorge Solla. Quero dizer que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores temos total respeito pelo ex-deputado Jorge Solla, pela sua honestidade e seriedade na gestão na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

Quero deixar registrado que, talvez, na hora o deputado que fez a colocação gerou uma certa dúvida, e tenho certeza que não foi sua intenção fazer nenhum tipo de insinuação em relação ao deputado Jorge Solla. Mas quero aqui deixar registrado o nosso comprometimento com a sua seriedade, honestidade com o bem público, como secretário e como cidadão que Jorge Solla é.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, queiram registrar suas presenças. (O presidente faz a chamada nominal.)

Há quórum de votação. Existem 32 Srs. Deputados presentes.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, contra os votos dos deputados de Oposição presentes: Sidelvan Nóbrega, Sandro Régis, Luciano Ribeiro, Adolfo Viana, Herzem Gusmão, José de Arimatéia, Pablo Barrozo, Luciano Simões Filho, Augusto Castro, Hildécio Meireles, Fábio Souto, Soldado Prisco, Alan Sanches e David Rios.

Aprovado o Requerimento por maioria.

O Deputado Rosemberg Pinto solicitou que retirasse um Projeto de Lei que leva o Nº 21.070/2015, que dispõe sobre a venda de pacotes ou permanência mínima pelos hotéis, resorts, pousadas no âmbito do Estado da Bahia e dá outras providências.

Como já teve o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, só o Plenário pode retirar. A minha opinião é que devemos deferir a retirada do projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Portanto, retira-se o projeto, fica arquivado.

Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta, para votarmos em segundo turno o Projeto de Lei Nº 21.404/2015, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.